



Universidade de Brasília  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da  
Informação e Documentação - FACE.  
Departamento de Economia

# Motivação Política nas Transferências Voluntárias Federais nos Estados Unidos

Rodrigo Araújo Schneider

**Brasília  
2012**

**Rodrigo Araújo Schneider**

Motivação Política nas Transferências Voluntárias Federais  
nos Estados Unidos

Dissertação de mestrado apresentada ao curso de Ciências Econômicas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em economia pela Universidade de Brasília.

Orientador:

Prof.º Dr. Maurício Soares Bugarin - UnB

**Brasília**

**2012**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>2. MOTIVAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS.....</b>	<b>7</b>
<b>3. PRINCIPAIS TRABALHOS DE REFERÊNCIA.....</b>	<b>10</b>
<b>4. SISTEMA ELEITORAL NORTE-AMERICANO.....</b>	<b>14</b>
4.1. O sistema bipartidário nos Estados Unidos.....	14
4.2. Eleições para Presidente.....	16
4.3. Eleições para Governo, Senado e Câmara dos Representantes.....	19
4.4. Os Condados.....	20
<b>5. DADOS E MÉTODOS.....</b>	<b>22</b>
<b>6. INTERPRETAÇÕES.....</b>	<b>28</b>
<b>7. CONCLUSÃO.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>43</b>

## Resumo

SCHNEIDER, Rodrigo Araújo. Motivação Política nas Transferências Voluntárias Federais nos Estados Unidos. Brasília, 2012. 52 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação - FACE. Departamento de Economia. Universidade de Brasília.

Palavras-chave Transferências federais, motivação político-partidária, ciclos políticos-orçamentários, eleitor pivotal.

O presente trabalho analisa as transferências voluntárias federais dos Estados Unidos para os seus respectivos condados (counties). Para tanto, foi feito um estudo econométrico que sugere que as transferências donativas federais Norte-Americanas para os seus condados são significativamente influenciadas por motivações político-partidárias. Além disso, foi comprovada a existência de expansão nas transferências em anos eleitorais e a relevância do grau de competitividade nas eleições. Ou seja, condados cuja vitória de um dos partidos (Democrata ou Republicano) nas eleições presidenciais se deu por uma pequena margem de diferença nos votos, receberam maiores transferências federais donativas.

*Key Words: Federal grants, partisan motivated, political budget cycle, swing voter.*

*This article presents an econometric study suggesting that federal grants to counties in the United States are strongly partisan motivated. It was found support for the hypothesis that incumbent government used the federal grants to win votes. Counties where there are many swing voters received more transfers and it was found evidence of political budget cycle.*

## 1. Introdução

No que tange ao federalismo fiscal, o debate tradicional reside no *trade-off* existente entre aplicação eficiente de recursos e redução da desigualdade. Bugarin, Bugarin e Pires (2010) atentam para esse fato e afirmam que do ponto de vista da alocação de recursos, governos locais possuem maior capacidade de gestão eficiente do dinheiro público, já que conhecem melhor as preferências de seus habitantes. Desse modo, uma descentralização da política fiscal seria preferível. Por outro lado, os autores afirmam que cabe aos governos centrais o papel de distribuir a riqueza com o fim de diminuir a desigualdade existente entre as diversas regiões de um país. Logo, por esse segundo ponto de vista, é melhor haver uma política fiscal mais centralizada.

Essa última perspectiva chama a atenção para a importância de que as transferências feitas por um governo federal aos seus entes subnacionais sejam norteadas pelo princípio da redução das desigualdades regionais, devendo, portanto, obedecer a critérios essencialmente técnicos.

No entanto, diversos trabalhos recentes sugerem, sobretudo em países cujo processo democrático ainda se encontra em consolidação, que critérios políticos prevalecem, ou seja, que as transferências voluntárias ocorrem em maior volume quando existe maior identificação política entre os entes da federação envolvidos. Ferreira e Bugarin (2004, 2007) fazem um estudo para o Brasil no contexto subnacional que considera não apenas o ciclo político-orçamentário como também a motivação político partidária das transferências voluntárias intergovernatoriais. Os autores demonstram que existe um viés na distribuição dos recursos aonde impera o favorecimento ao local cujo representante político é do mesmo partido que o líder responsável pela transferência monetária. Dessa forma, municípios em que o prefeito é do mesmo partido que o governador (respectivamente, presidente) recebem uma maior transferência voluntária de recursos do que as cidades aonde a liderança política não é do mesmo partido.

Arulampalam et al. (2008) demonstram que na Índia existe uma redistribuição de recursos politicamente motivada. O governo central usa o mecanismo de transferências de forma oportunista privilegiando áreas com maior suporte político. Os autores demonstram que as transferências federais para o âmbito estadual são pautadas por interesse político, pois estados que possuem alinhamento partidário com o partido central Indiano recebem maior transferências do que os demais. Além disso, os autores testaram o grau de fidelidade do estado e mostraram que se ele for considerado um estado “*swing*”, ou seja, que pode mudar de partido de uma eleição para a outra sem demonstrar fidelidade à apenas uma legenda partidária, então este estado tenderá a receber maiores transferências. O resultado empírico encontrado indica que estados com alinhamento partidário com o governo central nacional e que ao mesmo não sejam

fiéis a apenas um partido (estado *swing*), recebem 16% a mais de transferências do que estados sem alinhamento político com o partido central, mas fiéis a outro partido.

Case (2001) mostra evidências do processo acima discutido para a Albânia. A autora salienta que por esse país ser no início da década de 1990 um dos mais pobres da Europa e que havia acabado de sair de um regime ditatorial Stalinista, as transferências federais foram um importante instrumento de ajuda social aos mais vulneráveis durante o processo de transição para uma economia de mercado. Através da análise empírica, foi demonstrado por Case (2001) que essas transferências federais foram politicamente motivadas e portanto, áreas que votaram para o partido Democrata, vencedor nas eleições da Albânia, receberam uma parcela maior de transferências do que os demais locais cuja preferência partidária não era em favor do partido vencedor.

Dahlberg e Johansson (2002) atentam para o fato de que foi feita uma grande expansão das transferências federais para governos locais na Suécia a fim de dar suporte a programas de sustentabilidade ambiental alguns meses antes das eleições de 1998. Os autores, então, estudaram essas transferências e encontraram suporte para a hipótese de que o governo se utilizou do programa assistencial com a intenção de ganhar votos para a próxima eleição. Afinal, cidades Suecas aonde existem mais eleitores indecisos (*swing voter*), receberam maior quantidade de recursos vindos das transferências temporárias com objetivos “ecológicos”.

Por ser o país de mais longo período ininterrupto de democracia no mundo, os EUA acumularam importante experiência de consolidação institucional, sendo o governo federal daquele país exemplo de eficiência e respeito à lei. Além disso, existe nesse país forte autonomia entre os entes federativos e um princípio mais forte de não intervenção do governo federal nos estados e municípios (counties). Alston, Melo, Mueller e Pereira (2012) argumentam que os países possuem diferentes níveis e estilos de políticas redistributivas, sendo que o contraste mais estudado nessa área reside na diferença entre os altos gastos Europeus com o estado de bem-estar social e a abordagem do *laissez-faire* nos Estados Unidos. Para os autores, os países Europeus optaram pelo aumento dos impostos e conseqüentemente maiores transferências, seguridade social e regulação no mercado de trabalho dentre outros. Enquanto os Estados Unidos escolheram menos redistribuição e uma regulação mais flexível, atribuindo às famílias e firmas, maior responsabilidade pela seguridade social. Desse modo, os Estados Unidos possui mais desigualdade em troca de maior mobilidade social e dinamismo econômico. Esse argumento é reforçado por Alesina, Glaser e Sacerdote (2001) que observam existir nos Estados Unidos a crença de que a redistribuição favorece a minoria racial pouco esforçada. Pois, para o Norte-Americano, só é pobre quem assim o desejar ser, quem não faz nada para mudar o seu destino. A sociedade livre e justa Norte-Americana permite que qualquer um possa atingir o sucesso profissional e financeiro.

Diante da consolidação democrática Norte-Americana e da crença de seus cidadãos de que a intervenção federal na sociedade dever ser pouca, espera-se que as transferências dos recursos públicos nos Estados Unidos sirvam para garantir um mínimo de igualdade na educação, saúde, segurança, entre outras variáveis sociais importantes. Portanto, se há uma esfera de governo na qual se esperaria que as transferências intergovernamentais de recursos federais fossem regidas por critérios eminentemente técnicos, reduzindo-se assim o papel da identificação política no repasse, essa seria a esfera do governo federal norte americano.

Pesquisa recente sugere não ser esse o caso no que diz respeito às transferências de estados americanos para seus condados. De fato, Ansolabehere e Snyder (2003) fizeram um estudo com o fim de analisar as transferências dos governos estaduais Norte-Americanos para os seus respectivos condados durante os anos de 1957 até 1997. O resultado obtido mostra que a distribuição monetária é feita de uma maneira que privilegia as áreas com maior suporte eleitoral, ou seja, aqueles condados aonde a maioria dos votos para presidente, governador e senador são para os representantes de um mesmo partido. Os autores também encontraram dados que comprovam haver uma relação positiva entre gastos públicos feitos nos condados e porcentagem de pessoas que irão para a urna votar, já que nos EUA o voto não é obrigatório.

A questão a ser respondida é a seguinte: Será que no governo federal isso é diferente? Afinal, por ser a esfera federal melhor estabelecida do que a estadual, os critérios técnicos devem reger as transferências federais para os governos locais a fim de não existir distorções e se obter uma queda da desigualdade. Não é de conhecimento desse autor a existência de qualquer trabalho que teste transferências federais para os condados. Logo, o objetivo desse trabalho é buscar responder a pergunta apontada acima.

Com base nesse último estudo citado, pretende-se analisar aqui as transferências donativas feitas pelo Governo Federal Norte-Americano para os condados. Espera-se encontrar alguma evidência empírica que demonstre se existe ou não favorecimento político nesses deslocamentos monetários. O enfoque desse estudo é analisar a lealdade partidária do condado e se ela influencia nas transferências do governo federal de acordo com a orientação política do líder da nação. Sendo assim, pretende-se seguir o estudo de Ansolabehere, Gerber e Snyder (2002) e Ansolabehere e Snyder (2003) no âmbito do favorecimento das transferências fiscais para as áreas de maior apoio político. No entanto, diferentemente dos autores que procuraram focar suas pesquisas nas transferências entre estado e condado, este estudo irá desenvolver uma análise convergindo nas transferências fiscais existentes entre governo federal (esfera nacional) e condado.

Com esse propósito, a tese está organizada da seguinte forma. A segunda seção apresenta razões para não ser utilizado o critério técnico na alocação das transferências como a preocupação com as eleições. A terceira seção descreve em maior detalhe os principais trabalhos de referência. A quarta seção tem o intuito de resumir o sistema eleitoral Norte-Americano. Nela, apresentou-se o sistema bipartidário aonde existe a predominância de apenas dois partidos eleitorais diferentemente do sistema eleitoral brasileiro. Além disso, explorou-se a forma de eleições para Presidente, Governador, Senador e Representante da Câmara. Por último, foi feita uma explicação sobre o conceito de condado, como eles funcionam e quais as suas principais funções.

Na seção cinco, explica-se as motivações por trás da coleta dos dados, como ela foi feita e quais são suas limitações. Ademais, foram explicitados os métodos de análise dos dados e quais resultados eram previamente esperados. Já a seção seis foi feita com o objetivo de explicar como funcionam as transferências donativas federais (grants) e analisar o resultado empírico econométrico encontrado. Dessa forma, interpretou-se os dados obtidos e forneceu-se explicações para resultados não intuitivos. Finalmente a sétima seção conclui a tese.

## **2. Motivações das transferências**

O enfoque desse estudo são as transferências federais Norte-Americanas para o nível municipal (condados). Como outrora já foi afirmado, espera-se que essas transferências sejam pautadas por critérios técnicos que visem garantir um padrão mínimo de igualdade nas variáveis sociais indispensáveis como educação e saúde. No entanto, se o critério técnico não prevalecer, o que poderia motivar esse acontecimento? Acredita-se que a preocupação com as eleições possam ser um critério para as transferências. Desse modo, a política seria um dos alvos da alocação dos recursos públicos.

Nessa linha de estudos econômicos cujo objeto é a política, buscou-se investigar as motivações dos gastos governatoriais. Percebe-se com frequência o fato da expansão fiscal e monetária feita pelos políticos possuir um objetivo angariador de votos em detrimento da maior eficiência na alocação dos recursos financeiros. O trabalho de Ansolabehere, Gerber e Snyder (2002) possui como ênfase as transferências estaduais para os seus respectivos condados de acordo com o grau de representatividade dos mesmos. Ou melhor, os autores procuraram demonstrar que existe uma relação positiva entre transferências fiscais e condados com maior relação do que a média estadual entre representantes eleitos e número de eleitores (chamado por eles de condado com super-representação). Quando o condado é super-representado, o seu número de representantes eleitos é proporcionalmente maior do que o número de habitantes que possui. O estudo também analisa, embora com menor destaque, os efeitos do controle partidário

na distribuição dos gastos públicos nos Estados Unidos chegando à conclusão de que em áreas aonde o suporte partidário estadual é maior, mais recursos financeiros são repassados.

Portanto, os gastos governatoriais e suas motivações são objetos importantes de pesquisas da ciência econômica. Segundo Rogoff (1990), a literatura econômica se mostra intrigada com a coincidência existente entre flutuações econômicas e eleições. Para o autor, a tentativa de manutenção do poder político gera gastos em direção à obtenção de um crescimento econômico propositalmente perto das datas eleitorais a fim de angariar mais votos. O ciclo político-orçamentário proposto por Rogoff (1990) desenvolve um modelo em que os agentes não observam a competência administrativa dos políticos. Dessa forma, a informação incompleta gera um incentivo perverso ao político competente que pode distorcer a política fiscal anterior à eleição. O político competente age assim pois sabe que o incompetente não tem capacidade de imitá-lo. Em vista disso, ao distorcer fortemente a política fiscal, sinaliza sua competência, obtendo assim uma probabilidade maior de ser bem sucedido na tentativa de se reeleger. Por conseguinte, o surgimento do ciclo revela a competência administrativa do político e permite que apenas aquele que for competente o suficiente possa se beneficiar desse mecanismo eficiente de revelação de informação atualizada.

As contribuições do modelo de Rogoff (1990) preservam os conceitos básicos do *Political Business Cycle* (ciclo político de negócios). No entanto, também oferece importantes refinamentos. Segundo Nordhaus (1975), os indivíduos consideram em suas funções de utilidade as taxas de desemprego e inflação, recebendo maior utilidade no caso em que ambas permanecem em um patamar baixo. O autor supõe ainda que os indivíduos são racionais em suas preferências e ignoram o *trade-off* entre inflação e desemprego. Além disso, as pessoas votam de acordo com o desempenho da economia, se as condições econômicas estiverem de acordo com as expectativas dos eleitores, o titular é reeleito; caso contrário, vota-se contra o titular. Dessa maneira, Nordhaus apresenta um ciclo aonde logo após as eleições, o candidato eleito eleva as taxas de desemprego para combater a inflação e quando o mandato se aproxima do fim, a taxa de desemprego é novamente reduzida com o fim de se atingir a reeleição.

Segundo essa abordagem, através do crescimento da oferta monetária no ano anterior às eleições sempre seria possível alcançar um aumento temporário de produto e emprego suficiente para reeleger o candidato na situação. Essa afirmação entretanto, tornou-se um dos pontos questionados por Rogoff (1990). Como afirma o autor, o fato de que os eleitores respondem positivamente ao crescimento econômico, sem reconhecer que ao final da eleição o emprego juntamente com o produto irão retornar ao nível inicial, somado porém a uma inflação mais alta trazendo um saldo negativo para o bem-estar social, pode ser contraposto por duas razões. Primeiramente, como as eleições são eventos perfeitamente antecipados, nenhuma

expansão monetária terá efeitos reais. Em segundo, políticas macroeconômicas pré-eleitorais são feitas para o tempo atual das eleições, mas as decisões dos eleitores devem ser pautadas pelas expectativas de bem-estar social pós-eleições.

A conclusão central de Rogoff (1990) é a de que o *Political Budget Cycle* (ciclo político-orçamentário) é um mecanismo revelador que age de forma eficiente expondo informações atualizadas sobre a competência do administrador e dessa forma, permite que os eleitores elejam apenas os políticos de maior competência. Nesse caso, temos uma política subótima em que a população abre mão de controle eleitoral ao deixar de evitar que o político distorça a política fiscal e até mesmo possa desestabilizar a economia através dos ciclos eleitorais. Mas ganha em troca, a conquista da percepção da competência de seu governante. Desse modo, o eleitor pode obter maior qualidade nas lideranças políticas.

Evidências empíricas de *Political Budget Cycle* foram encontradas em diversos países. Ferreira e Bugarin (2005, 2007), por exemplo, encontraram evidências para o caso Brasileiro analisando os gastos estaduais e municipais diante da proximidade das eleições. Veiga e Veiga (2004) demonstraram que existe comportamento oportunista dos governadores municipais em Portugal. A fim de se reeleger, o prefeito da cidade aumenta os gastos públicos em períodos pré-eleitorais, principalmente com obras de fácil visualização para o eleitor como estradas e ruas. Dessa forma, utilizando-se de ferramentas analíticas, os autores comprovam empiricamente a evidência de ciclo político-orçamentário nas municipalidades Portuguesas.

Asutay (2004) encontrou evidências de ciclo político-orçamentário nos instrumentos fiscais e monetários federais da Turquia. Já Dursun e Savasan (2006) procuraram fazer um estudo para esse mesmo país, porém no âmbito municipal e assim como Veiga e Veiga (2004) demonstraram a existência de ciclo político-orçamentário nos municípios turcos. Além disso, os autores demonstraram que governos locais cujo partido eleito é mais de direita tendem a utilizar mais os gastos públicos como instrumento de manipulação. E, quando o prefeito é do mesmo partido que o do governante geral, os gastos fiscais são menos utilizados como fonte de manipulação para garantir a reeleição. Segundo Dursun e Savasan (2006), este fato provavelmente ocorre porque os municípios cujos prefeitos são do mesmo partido que o governante da nação, têm acesso a outros instrumentos de manipulação que um prefeito sem ligação partidário com o governante geral teria. Além disso, evidências de que quanto maior for o município da Turquia, maior será o uso do ciclo político-orçamentário também foram encontradas. Akhmedov et al. (2002) encontrou resultados semelhantes ao de Veiga e Veiga (2004) e Dursun e Savasan (2006) para os municípios da Rússia. Comprovando assim, que os governos locais Russos também se utilizam do ciclo político-orçamentário como instrumento de persuasão partidária.

### 3. Principais trabalhos de referência

O estudo de Bugarin e Ferreira (2007) analisa a importância partidária nas transferências intergovernamentais no Brasil. Segundo os autores, a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil engloba a União, os estados e os municípios sendo que todos eles são autônomos, ou seja, possuem liberdade moderada para decisões internas nos aspectos políticos, econômicos e sociais. A constituição brasileira é a responsável por estabelecer quais tributos podem ser coletados em cada nível de governo e também determina como as transferências obrigatórias de recursos dos níveis mais altos federativos para os entes mais baixos serão alocadas. Os municípios brasileiros são fortemente dependentes dessas transferências, já que apenas cerca de 25% em média das receitas municipais provêm da coleta de tributos próprios. Existem também as transferências voluntárias que não são constitucionais e representam em média 12,3% do total das transferências.

No sistema político eleitoral brasileiro, os mandatos do executivo (presidente, governador e prefeito) duram quatro anos. Sendo que as eleições para governo e presidência ocorrem sempre no mesmo ano, enquanto as eleições municipais acontecem no meio dos mandatos para governador e presidente. Dessa forma, ocorrem eleições no Brasil a cada dois anos, podendo existir um incentivo para os governadores e presidentes utilizarem as transferências voluntárias com o fim de favorecer prefeituras aliadas e assim, influenciar nas eleições dos cargos executivos municipais. Bugarin e Ferreira (2007) propuseram uma análise econométrica utilizando o estimador de efeitos fixos a fim de verificar esse favorecimento descrito.

Selecionado como variável dependente o logaritmo natural da *proxy* das receitas de transferências voluntárias recebidas pelos municípios dos governos estaduais e federal, os autores usaram dentre outras variáveis de controle, cinco *dummies* que indicam alinhamento político. A primeira recebeu valor unitário se o prefeito e o governador eram do mesmo partido político, e zero no caso contrário; a segunda assumiu valor um quando o prefeito e o presidente eram do mesmo partido; a terceira recebeu valor unitário no caso em que prefeito, presidente e governador eram do mesmo partido; a quarta e a quinta representavam a existência de alinhamento político entre o prefeito do município e a coligação que elegeu o governador de estado e o presidente, respectivamente. Dessas *dummies*, duas foram significativas e positivas, a de alinhamento político entre prefeito e a coligação que elegeu o governador de estado e a de prefeito e presidente do mesmo partido. Então, Bugarin e Ferreira (2007) concluem que a nível federal (relação prefeito-presidente) o importante na decisão de transferências de recursos voluntários é o compartilhamento do mesmo partido. Enquanto no âmbito estadual (relação prefeito-governador), as coligações exercem papel fundamental na definição das transferências voluntárias.

Ansolabehere, Gerber e Snyder (2002) fizeram um estudo sobre as transferências intergovernamentais nos Estados Unidos. O foco da análise era a relação entre estado e condados de seu respectivo território durante um determinado período da história. Como foi salientado no *paper*, a suprema corte Norte-Americana decidiu em meados da década de 1960 que faria uma redefinição dos distritos eleitorais a fim de erradicar as disparidades existentes nas populações dos distritos legislativos estaduais. Até então, existiam estados como a *California* aonde pequenos condados possuíam 400 vezes mais representação na assembleia legislativa estadual e na câmara dos deputados dos Estados Unidos do que *Los Angeles*, o maior condado Californiano. Afinal, o número de representantes eleitos por cada condado não era proporcional ao número de habitantes que cada condado possuía. Apenas os estados de *New Hampshire* e *Wisconsin* tinham uma distribuição igualitária.

Em 1962 a Suprema Corte Norte-Americana determinou que os estados distribuíssem os distritos eleitorais de uma maneira que todos os condados tivessem direito a eleger um número de representantes para a assembleia legislativa estadual e a câmara dos deputados federal proporcional ao número de habitantes em seu território. Assim, os locais com maior peso eleitoral, ou seja, maior número de cadeiras legislativas por pessoa foram erradicados até o final da década de 1960 equalizando o poder de voto de todos os eleitores dos Estados Unidos. Diante dessa situação, Ansolabehere, Gerber e Snyder (2002) examinaram a distribuição geográfica do dinheiro passado do estado para o condado de acordo com a influência eleitoral do condado nas eleições legislativas estaduais. Selecionando dados eleitorais entre os anos de 1957 e 1982, os autores buscaram analisar o período anterior e posterior a decisão da Suprema Corte para poder fazer uma comparação a fim de indicar o impacto dessa decisão e a importância de uma desigualdade na representação para os repasses das transferências intergovernamentais.

Utilizando como variável dependente as transferências intergovernamentais per capita recebidas pelos condados dos seus respectivos governos estaduais e como principal variável independente o grau de representatividade do condado<sup>1</sup>, os autores desenvolveram o trabalho

---

<sup>1</sup> Os autores mediram o grau de representatividade do condado através do cálculo do número de cadeiras legislativas por pessoa em cada condado. Devido à variabilidade do tamanho das assembleias legislativas e da população em cada estado, foi necessário adotar uma métrica comum. Assim foi medido o número de cadeiras legislativas por pessoa no condado em relação ao número de cadeiras por pessoa no estado analisado. Quando o condado era dividido em mais de um distrito, o índice se igualava ao peso médio de representação de todos os distritos pertencentes ao condado. O nome dado à variável foi RRI (*Relative Representation Index*). O condado com índice igual a um tinha a representação igual a razão esperada na situação uma pessoa, um voto. Valores menores do que um refletiam uma sub-representação e valores maiores do que um indicavam super-representação. Como exemplo, é citado um estado com 40 distritos e 2 milhões de habitantes. Assim, existem em média, duas cadeiras para cada 100 mil pessoas nesse estado e o denominador estadual do índice é 2/100.000. Caso um condado integrante desse estado tenha 3 distritos e

acrescentando ainda outras variáveis de controle social como número de habitantes vivendo na pobreza e quantidade de desempregados. Através de uma análise *Cross-Sectional*, os autores encontraram que em 1960 mantendo-se as demais variáveis de controle constantes, quando um condado possuía 100% a mais de representação do que um condado típico, esperava-se que sua parcela no total de recursos transferidos pelo estado crescesse na ordem de 20%. Ansolabehere, Gerber e Snyder (2002) concluem que com o passar dos anos os condados com menor população foram perdendo as cadeiras legislativas e conseqüentemente, passaram a receber uma menor porção per capita das transferências estaduais. Portanto, a redistribuição do número de representantes legislativos de acordo com o tamanho populacional diminuiu as distorções causadas nas transferências intergovernamentais politicamente motivadas.

Ansolabehere, Gerber e Snyder (2002) ainda analisaram, porém com menor ênfase, as transferências fiscais motivadas pelo partido político. Foram criadas duas variáveis independentes para tanto. A primeira analisava a porcentagem de votos democratas nas eleições governatoriais em cada condado sendo que o controle estadual estava com o partido Democrata. A segunda também levou em consideração a porcentagem de votos democratas para governador nos condados, porém na situação em que o controle partidário era Republicano. Ambas as variáveis foram divididas em dois períodos: um que considerava os anos de 1958-1962 e outro durante 1978-1983. O controle partidário foi definido da seguinte forma, se o partido conseguisse maioria nas duas câmaras estaduais durante 60% ou mais do período de tempo analisado, independentemente de qual dos dois períodos (1958-1962 ou 1978-1983), então esse partido ganhava a posse do controle no estado. A variável dependente, como havia sido citada anteriormente, era as transferências intergovernamentais per capita recebidas pelos condados dos seus respectivos governos estaduais. O resultado encontrado não foi significativo para o período de 1958-1962 para ambas as variáveis. No entanto, entre 1978-1983 foi descoberto que condados com uma maior porcentagem de eleitores democratas receberam maiores transferências quando a assembléia legislativa estadual estava sob controle Democrata. Por outro lado, em estados cuja legislatura era de domínio Republicano, condados democratas receberam menores transferências demonstrando que existe motivação política partidária nas transferências governatoriais para os seus respectivos condados.

Para Ansolabehere e Snyder (2003), partidos políticos são times formados por políticos e associados que buscam ganhar controle do governo e assim, distribuir como melhor lhes for conveniente os cargos de poder após as eleições. Um dos objetivos partidários de se chegar ao poder é, portanto, o controle da distribuição dos gastos públicos para grupos e regiões. Assim, o

---

100 mil pessoas, o numerador do seu índice será de 3/100.000. Logo, esse condado possui 50% a mais de representação do que um condado típico e seu índice será 1.5 ( $[3/100.000]/[2/100.000]$ ).

partido vencedor irá beneficiar os seus apoiadores através da transferência de dinheiro arrecadado pelos impostos que irão beneficiar determinadas áreas, indústrias ou pessoas. Explorando esse aspecto, os autores buscaram examinar a relação existente entre controle partidário e distribuição dos recursos públicos nos estados Norte-Americanos durante o período de 1957 até 1997.

Primeiramente, foi considerado neste trabalho o eleitor leal. Segundo Ansolabehere e Snyder (2003), esse tipo de eleitor é alvo de três situações. A primeira diz respeito apenas à renda. Alocando maiores gastos governatoriais nos projetos e programas que beneficiem membros do partido, áreas com maior suporte irão receber mais dinheiro. Em segundo lugar é considerada a possibilidade de se angariar votos. Assim, como maiores gastos podem significar maior apoio popular recebido, a estratégia ótima é gastar mais aonde o partido tem mais associados. Finalmente em terceiro, a responsabilidade dividida e o crédito por programas podem levar os políticos a gastarem mais nas áreas com eleitorado leal ao partido. Quando uma área possui apenas um indivíduo ou partido representante, fica fácil recompensar (ou punir) esse local. No entanto, quando muitos políticos de diversos partidos representam uma área é difícil dividir o crédito ou mandar uma mensagem partidária. Logo, a melhor estratégia do partido vencedor será focar em áreas por ele dominadas.

Para medir o controle partidário nas transferências estaduais para os condados, os autores utilizaram como variável dependente a transferência estadual per capita recebida pelos condados relativa as transferências estaduais per capita total, pois cada estado possui um número diferente de habitantes e de receitas intergovernamentais. Como variáveis independentes foram utilizadas aquelas relacionadas ao aspecto social como número de habitantes negros, pessoas com idade acima de 65 anos ou quantidade de indivíduos vivendo na pobreza nos condados. Porém, as principais variáveis independentes foram de pivotalidade e controle majoritário. Inicialmente, os autores definiram cada ano no estado sendo de controle Democrata se eles possuíssem maioria nas duas câmaras legislativas e o governador fosse Democrata ou se os Democratas tivessem maioria à prova de veto (*veto-proof majority*) nas duas câmaras legislativas. O controle Republicano foi definido analogamente. Se nenhum dos dois partidos tivessem o controle, então o estado estaria sobre controle dividido.

No entanto, devido às mudanças incrementais no orçamento, os autores decidiram adotar uma média do controle passado. Especificamente, eles definiram o período de controle Democrata em um estado como um período de 8 anos<sup>2</sup>. Este fato ocorreu no caso em que o estado esteve sob controle Democrata por 4 anos ou mais e sob controle Republicano por

---

<sup>2</sup> O período de 8 anos foi definido com o fim de captar a noção de que o orçamento ocorre de modo incremental e que mudanças de curto-prazo no controle afetam a distribuição dos fundos.

menos de 4 anos. O controle Republicano foi definido analogamente. Já os períodos em que nenhum desses dois partidos estavam no poder foram considerados de controle dividido.

Para captar a pivotalidade os autores adotaram duas formas diferentes de medida. A primeira definiu as áreas de pivotalidade como aquelas cujo equilíbrio partidário encontra-se próximo de 50% Democrata e 50% Republicano. E a segunda maneira analisa as áreas aonde o voto é altamente variável de uma eleição para outra, classificando-as como sendo pivotais. A regressão contendo as variáveis mencionadas, além de outras, foi feita utilizando um estimador de efeitos fixos e não encontrou evidências de favorecimento nas áreas de pivotalidade. Porém, o argumento de que o partido no poder recompensa as áreas com maior número de eleitores leais foi confirmado. Quando o partido Democrata está no poder, os condados Democratas recebem maior quantidade de transferências do que quando um Republicano detém o comando. Por outro lado, os condados Republicanos recebem menos transferências quando o partido Democrata está no poder do que na situação cujo comando está em mãos Republicanas. A magnitude desse efeito é ilustrada pelos autores com o seguinte exemplo: Quando um condado é 65% Democrata em um estado que é considerado 50% Democrata, se o governo estadual muda de controle Republicano para Democrata, então esse condado pode esperar um aumento per capita de transferência intergovernamental de cerca de 6,5%. Já um condado que é apenas 35% Democrata pode esperar uma perda de transferência também próxima de 6,5%.

#### **4. Sistema eleitoral Norte-Americano**

##### **4.1. O sistema bipartidário nos Estados Unidos**

Segundo Jewell e Olson (1982), principal referência dessa seção, a guerra civil Norte-Americana dividiu o país politicamente. Enquanto o Sul aderiu ao partido Democrata, o Norte tornou-se Republicano. A maior demonstração de controle político por um só partido ocorreu nos 11 estados Sulistas (chamados durante a guerra de secessão de confederados) que entre 1880 e 1944 concederam aos candidatos Democratas à presidência maioria de votos em todas as eleições, com exceção de 1928 quando cinco desses estados não deram maioria de votos para o candidato Democrata à presidência e de 1920 quando o estado do *Tennessee* votou com maioria para um candidato Republicano. De 1916 (ano em que os senadores foram eleitos pela primeira vez) até 1944, todos os senadores eleitos por estados do Sul dos Estados Unidos eram Democratas e de 1880 até 1944 todos os governadores Sulistas também pertenciam a este partido ou eram de partido independente, exceção feita aos diversos governadores Republicanos eleitos pelo *Tennessee* e um em *North Carolina*.

Os únicos centros de força Republicana no Sul durante esse período, de acordo com os autores, foram os Apalaches formados pelo Oeste de *North Carolina*, Sudoeste de *Virginia* e Leste do *Tennessee*. Como essas áreas tiveram poucos escravos, já que não era possível plantar algodão no declive, houve muita oposição à secessão dos Estados Unidos. Desse modo,

essas regiões se tornaram Republicanas. Entretanto, como afirmam Jewell e Olson (1982), o Norte nunca foi tão solidamente Republicano como o Sul era Democrata. Assim, o controle Republicano se desfez entre a Guerra de Secessão na primeira metade da década de 60 do século XIX e a eleição de 1896. Condados ao Sul dos estados de *Illinois* e *Indiana* por terem sido povoados pelos antigos habitantes do Sul dos Estados Unidos, fizeram com que a supremacia partidária dessas áreas se tornasse Democrata.

A migração de Europeus para os Estados Unidos também foi importante na formação política dos estados do Norte. A maioria dos imigrantes decidiu se estabelecer no Nordeste e Meio-Oeste do território Norte-Americano devido ao posicionamento próximo dos centros urbanos e industriais. Por diversas razões eles optaram por votar no partido Democrata assim que obtiveram cidadania. Os autores sugerem que os Republicanos eram em sua maioria protestantes, de classe média, a favor de uma política de proteção aos interesses dos habitantes nativos de seu país e sem interesse em obter o apoio dos imigrantes. Enquanto os Democratas eram formados por maior parte de católicos, classe trabalhadora em formação e interessados em angariar novos apoiadores, conseqüentemente, o voto dos imigrantes foram obtidos pelos Democratas.

No início dos anos 1870, os cidadãos de muitos estados do Oeste americano, particularmente os fazendeiros, começaram a ficar insatisfeitos com os dois partidos nacionais que aparentemente estavam sob domínio dos interesses dos negócios originários do Leste. Diversas reformas no sentido de obter empréstimos com juros baixos (*cheap money*) e regulação dos negócios, principalmente ferroviários foram demandadas pelos fazendeiros dessa região. No entanto, ambos os partidos (Democrata e Republicano) ignoraram essas reivindicações e assim, partidos minoritários passaram a chamar a atenção dos fazendeiros. O movimento a favor do terceiro partido (Populista) foi bem sucedido nas eleições presidenciais de 1892 atingindo um milhão de votos (cerca de 8 por cento da população) e ganhando pluralidade em 5 estados do Oeste, conseguindo eleger candidato a governador em três deles.

O sucesso do partido Populista e a depressão de 1893 fizeram com que os Democratas mudassem de postura nas eleições de 1896 deixando de apoiar as políticas econômicas conservadoras do seu presidente na época (Grover Cleveland que era Democrata). Nomearam como candidato para à presidência, portanto, Willian Jennings Bryan favorável do processo inflacionário através da cunhagem ilimitada de prata. Sendo assim, os Democratas conseguiram o apoio dos Populistas, no entanto, este fato não foi suficiente para derrotar os Republicanos que conseguiram votos massivos da classe trabalhadora urbana amedrontada com os possíveis danos da inflação e motivada pelas políticas de proteção tarifária sugerida por este partido. Jewell e Olson (1982) afirmam que a partir de 1896 os Republicanos ganharam muitos votos dos estados industriais do Nordeste e Meio-Oeste e esse apoio continuou se solidificando até o *New*

*Deal* na década de 30 do século XX. Os Democratas ainda perderam controle partidário nos estados de *Kentucky* e *Missouri* e apenas o Sul se manteve como base sólida deste partido.

O realinhamento feito pelo *New Deal* durante a grande depressão dos anos 1930 destruiu a base regional política Americana e os Republicanos perderam controle da maioria dos estados do Nordeste. A coalizão Democrata que colocou Franklin D. Roosevelt na Casa Branca e o controle do partido Democrata no congresso teve apoio da classe baixa e média trabalhadora nas áreas urbanas e metropolitanas. Durante quatro eleições presidenciais seguidas (1932, 1936, 1940 e 1944), Roosevelt foi o presidente eleito e ganharia mesmo que todos os estados do Sul não lhe dessem apoio mostrando que essa região não era mais a única base essencial da coalizão Democrata.

As políticas Democratas em favor do Movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos durante os anos de 1955 e 1968 que buscava abolir a discriminação e a segregação racial no país fez com que parte dos eleitores do Sul deixasse de ser Democrata. Nas eleições presidenciais de 1952, 1956 e 1960, os candidatos Republicanos Eisenhower e Nixon conseguiram obter vitória em cinco estados Sulistas (*Florida, Virginia e Tennessee* nas três eleições; *Texas* em duas e *Louisiana* em uma). Em 1964, Barry Goldwater foi o primeiro candidato Republicano a vencer nos estados mais tradicionalmente Democratas do Sul: *Alabama, Georgia, South Carolina, Mississippi e Louisiana*. No entanto, o colapso do apoio Sulista aos Democratas se consolidou nas eleições de 1972 quando Nixon foi o primeiro candidato Republicano a ganhar todos os estados do Sul e em 1980 quando Ronald Regan, candidato à Presidência pelo partido Republicano, ganhou todos os estados Sulistas com exceção à *Georgia*.

Como foi constatado por Jewell e Olson (1982), a partir de 1932 os padrões eleitorais Norte-Americanos começaram a se desvanecer. Em todas as partes do país grupos semelhantes de eleitores votam em partidos distintos. Embora seja possível constatar que alguns estados tendem a votar mais em Democratas e outros em Republicanos nas eleições presidenciais, os dois partidos competem de maneira acirrada por todas as regiões dos Estados Unidos. Em 1964 o candidato Democrata à presidência Lyndon Johnson ganhou 44 dos 50 estados. Já em 1972, o candidato Republicano à presidência, Richard Nixon, ganhou 49 dos 50 estados. Uma situação que ilustra o fim do modelo político setorial Americano é o fato de que desde 1964 até as eleições de 1980, todos os estados votaram pelo menos uma vez para um Democrata e pelo menos uma vez para um Republicano nas eleições presidenciais, com exceção ao estado do *Arizona* que votou a última vez para um Democrata em 1948 (voltou a dar maioria de votos para um candidato Democrata à presidência em 1996 quando Bill Clinton foi eleito).

### 3.2. Eleições para Presidente

O sistema eleitoral Norte-Americano prevê eleições para presidente a cada quatro anos. O único presidente dos Estados Unidos que exerceu mais do que dois mandatos foi Franklin

Delano Roosevelt que realizou quatro mandatos e morreu no último deles (1933-1945) e, segundo a emenda 22<sup>3</sup> que restringiu o número de mandatos à apenas dois, não poderá haver outro presidente com possibilidade de repetir esse feito.

As eleições presidenciais Norte-Americanas ocorrem de forma indireta, ou seja, o presidente não é escolhido diretamente pelo voto popular, mas sim por um colégio eleitoral composto atualmente por 538 delegados escolhidos através do voto da população. Esse número é referente aos 100 senadores somados aos 435 membros da casa dos representantes e outros 3 delegados de *Washington D.C.*, unidade da federação que não conta com senadores e possui apenas delegados.

Segundo o *U.S. Election Atlas*<sup>4</sup>, referência base dessa seção, existiram diversas propostas de métodos para a escolha do presidente dos Estados Unidos. A primeira delas era que a seleção fosse feita pelo congresso. No entanto, essa idéia não foi adotada devido ao temor de uma possível divisão do congresso, barganha eleitoral e corrupção, além do desbalanceamento entre as forças do poder executivo e legislativo. A segunda idéia, chamada *Virginia Plan*, era a de que houvesse uma legislatura nacional composta por duas câmaras e com nomeações de membros por cada estado proporcional à quantidade de habitantes que possuíssem (ambas as câmaras seriam determinadas proporcionalmente). A primeira câmara seria formada por representantes eleitos pela população. Já a segunda, seria eleita pela primeira câmara sendo que os candidatos seriam indicados pelo legislativo estadual. Dessa forma seria determinada a formação da legislatura nacional que teria o poder de vetar leis estaduais e eleger um executivo. Este seria responsável por assegurar a realização da vontade da legislatura e também teria poderes de veto e revisão da legislação nacional. Essa proposta também foi deixada de lado, dessa vez porque existia a possibilidade da autoridade federal diminuir devido à dependência do presidente frente ao legislativo nacional e assim, a federação ficaria enfraquecida.

---

<sup>3</sup> Emenda 22 da constituição dos Estados Unidos. Proposta pelo congresso no dia 21 de Março de 1947 e ratificada pelo número necessário de estados Norte-Americanos no dia 27 de Fevereiro de 1951:

Section 1: No person shall be elected to the office of the President more than twice, and no person who has held the office of President, or acted as President, for more than two years of a term to which some other person was elected President shall be elected to the office of the President more than once. But this article shall not apply to any person holding the office of President when this article was proposed by the Congress, and shall not prevent any person who may be holding the office of President, or acting as President, during the term within which this article becomes operative from holding the office of President or acting as President during the remainder of such term.

Section 2: This article shall be inoperative unless it shall have been ratified as an amendment to the Constitution by the legislatures of three-fourths of the several States within seven years from the date of its submission to the States by the Congress.

<sup>4</sup> As informações a respeito das eleições Norte-Americanas e mais especificamente sobre a origem do colégio eleitoral encontram-se no seguinte *site*: <http://uselectionatlas.org/>

O terceiro plano era que o presidente fosse eleito diretamente por votos da população. Porém, acreditava-se que a falta de informação sobre os candidatos de outros locais iriam fazer com que as pessoas votassem apenas para candidatos pertencentes ao seu próprio estado. Assim, aqueles estados mais populosos iriam sempre eleger o presidente que não iria possuir a supremacia nacional necessária. Finalmente a proposta de eleições indiretas através dos colégios eleitorais foi aceita e adotada em 1787<sup>5</sup>. A idéia original era a de que as pessoas mais bem informadas de cada estado elegeriam o presidente baseado apenas na meritocracia e sem levar em consideração a origem estadual do candidato.

De acordo com o *U.S. Election Atlas*, desde que foi instituída a emenda 12<sup>6</sup>, houve diversas mudanças federais e estaduais regulamentares sob aspecto temporal e estrutural na maneira de se escolher os Eleitores Presidenciais. No entanto, os fundamentos do sistema de colégios eleitorais Norte-Americanos não foram alterados.

Atualmente, o colégio eleitoral dos Estados Unidos funciona da seguinte maneira: Cada estado possui um número de eleitores (delegados) igual ao número de Senadores (sempre dois) somado ao número de membros da Casa dos Representantes (muda a cada dez anos levando em consideração o tamanho populacional de cada estado determinado pelo censo). Os partidos políticos em cada estado enviam para o chefe eleitoral estadual uma lista oficial com o nome dos

---

<sup>5</sup> O método de escolha através dos colégios eleitorais foi adotado desde as eleições de 1789. Porém, até as eleições de 1824 mais de um quarto de todos os estados não utilizavam o voto popular, mas sim uma votação dos membros da assembleia legislativa estadual para indicar os representantes de cada estado que iriam compor a eleição presidencial indireta.

<sup>6</sup> Emenda 12 da constituição dos Estados Unidos. Proposta pelo congresso no dia 9 de Dezembro de 1803 e ratificada pelo número necessário de estados Norte-Americanos no dia 15 de Junho de 1804:

The Electors shall meet in their respective states, and vote by ballot for President and Vice-President, one of whom, at least, shall not be an inhabitant of the same state with themselves; they shall name in their ballots the person voted for as President, and in distinct ballots the person voted for as Vice-President, and they shall make distinct lists of all persons voted for as President, and all persons voted for as Vice-President and of the number of votes for each, which lists they shall sign and certify, and transmit sealed to the seat of the government of the United States, directed to the President of the Senate.

The President of the Senate shall, in the presence of the Senate and House of Representatives, open all the certificates and the votes shall then be counted.

The person having the greatest Number of votes for President, shall be the President, if such number be a majority of the whole number of Electors appointed; and if no person have such majority, then from the persons having the highest numbers not exceeding three on the list of those voted for as President, the House of Representatives shall choose immediately, by ballot, the President. But in choosing the President, the votes shall be taken by states, the representation from each state having one vote; a quorum for this purpose shall consist of a member or members from two-thirds of the states, and a majority of all the states shall be necessary to a choice. And if the House of Representatives shall not choose a President whenever the right of choice shall devolve upon them, before the fourth day of March next following, then the Vice-President shall act as President, as in the case of the death or other constitutional disability of the President. The person having the greatest number of votes as Vice-President, shall be the Vice-President, if such number be a majority of the whole number of Electors appointed, and if no person have a majority, then from the two highest numbers on the list, the Senate shall choose the Vice-President; a quorum for the purpose shall consist of two-thirds of the whole number of Senators, and a majority of the whole number shall be necessary to a choice. But no person constitutionally ineligible to the office of President shall be eligible to that of Vice-President of the United States.

delegados que irão representá-los no colégio eleitoral (não podem ser membros do congresso ou funcionários do governo federal) e que correspondem ao número de votos presidenciais que cada estado tem direito. Na terça-feira que sucede a primeira segunda-feira do mês de novembro em anos eleitorais para a presidência que ocorrem a cada quatro anos, as pessoas de cada estado Norte-Americano votam nos Eleitores Presidenciais que representam as suas escolhas para Presidente e Vice-Presidente. Qualquer que seja o partido vencedor da lista de delegados com maior número de votos, ou de fato, aquele cujo candidato à presidência tenha angariado maior apoio popular irá ganhar todos os Eleitores Presidenciais daquele estado<sup>7</sup>.

Na segunda-feira seguinte à segunda quarta-feira de dezembro, cada Eleitor Presidencial se reúne nas respectivas capitais estaduais e determina quais serão os seus votos, um para Presidente e outro para Vice-Presidente. A fim de prevenir que os delegados votem apenas para candidatos de seus estados, pelo menos um dos seus votos deve ser de um candidato de outra esfera estadual<sup>8</sup>. Estes votos são coletados e enviados para o Presidente do Senado que no próximo dia 6 de Janeiro anuncia o vencedor diante das duas casas do congresso. O Presidente e Vice-Presidente que receberam a maioria absoluta dos votos são eleitos<sup>9</sup> e ao meio-dia do próximo 20 de Janeiro, “*The Inauguration Day*”, ambos iniciam seus novos cargos. Dessa forma, o sistema eleitoral Norte-Americano permite, ao contrário do que pode ocorrer nas eleições presidenciais brasileiras, que um presidente seja eleito sem a maioria dos votos populares. Nas eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2000, o candidato George W. Bush recebeu menor quantidade de votos populares do que Albert Gore Jr., porém recebeu maior número de votos dos delegados do colégio eleitoral e portanto, foi eleito.

#### 4.3. Eleições para Governo, Senado e Câmara dos Representantes

A Constituição dos Estados Unidos preserva a noção de que o país é uma federação semi-soberana. Ou seja, o governo federal não possui poderes totais sobre os estados. Estes, portanto, não são apenas províncias ou subdivisões da administração federal. Os governos estaduais Norte-Americanos possuem relativo poder que lhes configura autonomia suficiente para criar as suas próprias leis criminais e código civil.

---

<sup>7</sup> As duas exceções nesse aspecto são *Maine* e *Nebraska* aonde dois delegados são eleitos pelo voto popular e o restante são eleitos também por voto popular, porém representando separadamente cada Distrito Congressional. Por exemplo, *Maine* tem direito a quatro delegados, dois representam a maioria dos votos no âmbito estadual e os outros dois são selecionados de acordo com a maioria dos votos em cada um dos dois distritos eleitorais que este estado possui. Os cinco delegados eleitos por *Nebraska* são distribuídos da mesma forma: Dois baseados na maioria dos votos gerais daquele estado, e os outros representam cada um dos três distritos que este estado possui.

<sup>8</sup> Raramente ocorrem problemas nesse âmbito já que os partidos frequentemente nomeiam candidatos à Presidência e Vice-Presidência de estados diferentes.

<sup>9</sup> Se não houver maioria absoluta, a Casa dos Representantes dos Estados Unidos escolhe quem será o novo Presidente. O mesmo processo é válido no caso do Vice-Presidente.

Como afirmam Jewell e Olson (1982), fonte principal de referência da seção, as forças econômicas, étnicas e sociais ajudam a explicar as diferenças nas histórias políticas dos estados. Consequentemente, elas também afetam suas formações políticas culturais. Como exemplo, os autores citam o sul dos Estados Unidos cuja cultura política foi moldada não apenas pela política algodoeira de meados do século XIX e a sua alta proporção de Afro-Americanos em seus estados, como também foi afetada pelo fato de terem perdido a Guerra de Secessão e serem ocupados pelas tropas da União no período de Reconstrução.

Desse modo, cada um dos 50 estados possui seu sistema político próprio que é único e distinto. Segundo Jewell e Olson (1982), as constituições particulares de cada estado possuem muitas similaridades, porém contam com algumas diferenças importantes. Algumas delas são relativamente curtas, outras no entanto são tão detalhadas que necessitam da adoção de um grande número de emendas a cada um ano ou dois. Um dos aspectos constitucionais mais importantes é o de que todos os governadores servem durante um mandato de quatro anos, com exceção a *New Hampshire* e *Vermont*, aonde o período é de apenas dois anos. No entanto, as eleições para governador não são feitas de um modo unificado entre os estados, logo elas não ocorrem todas no mesmo ano como no Brasil.

O mandato para senador vigora durante seis anos. Há um escalonamento propício a fim de que a cada dois anos existam novas eleições para recompor um terço do total dos representantes. Cada estado tem direito a eleger dois senadores, independentemente do tamanho territorial ou populacional, sendo assim, o senado é formado por 100 membros. Ao mesmo tempo, a casa dos representantes é formada por 435 deputados que possuem dois anos de mandato. O número de eleitos por estado é proporcional ao tamanho da sua população, porém cada estado deve possuir ao menos um representante. A Califórnia com 53 deputados é o estado com maior número de representantes na casa.

#### 4.4. Os Condados

Os Estados Unidos possuem um sistema aonde os condados (counties) exercem grande influência. Originalmente eles foram criados como divisões administrativas do estado cujo poder e autoridade exercidos seriam definidos pelos estatutos e constituições estaduais. As ações da maioria dos condados são delimitadas expressamente pelas leis, embora existam aqueles aonde todo poder de decisão que não tenha sido garantido a outra entidade lhes é concedido. Logo, a independência do condado varia de estado para estado. Os atos tradicionais feitos pelos condados são: manutenção de arquivos e documentos públicos; administração geral; gastos com educação; avaliação e recolhimento de tributos; aplicação e correção das leis; administração judicial; busca pelo bem-estar social; manutenção de estradas, pontes e aeroportos; parques e recreação.

Segundo a NACo<sup>10</sup> (*National Association of Counties*), quarenta e oito dos cinquenta estados possuem condados (counties) com governo operante. Apenas *Connecticut* e *Rhode Island* possuem condados sem funções governatoriais. Alaska e Louisiana denominam de forma diferente esse tipo de divisão: *boroughs* e *parishes*, respectivamente. *Hawaii* e *Delaware* possuem a menor quantidade de condados, com apenas três cada, enquanto o *Texas* com 254 é o que mais tem condados em seu território. Além dos 3028 condados Norte-Americanos, existem 40 “cidades-condados” aonde houve uma consolidação das funções governatoriais dessas cidades com os condados a sua volta.

Os condados variam em tamanho e população. O condado de *Los Angeles* na *California* com aproximadamente dez milhões de habitantes é o mais populoso. No entanto como afirma a NACo, 70 por cento dos condados contam com uma população menor do que 50 mil habitantes. Outra discrepância entre os condados reside na forma de obtenção de receitas. A constituição estadual determina as fontes de receita que os condados podem usar. Aproximadamente metade dos estados permitem que os condados imponham impostos sobre vendas. Apenas nos estados de *Maryland* e *Indiana*, o imposto de renda exerce uma fonte significativa de receita para os condados.

De acordo com o Censo Governatorial de 2007, conduzido pelo *U.S. Census Bureau*<sup>11</sup>, do total de receitas adquiridas pelos condados cerca de 3 por cento provém de transferências do governo federal. Os repasses estaduais representam aproximadamente 33 por cento da receita total dos condados. Finalmente, 61 por cento do orçamento é gerado pelos recursos próprios, como por exemplo o imposto sobre propriedade predial e territorial que corresponde a 40 por cento do total gerado pelos recursos próprios. Embora exista uma grande flutuação entre esses dados, na média os 25 maiores condados segundo a NACo, possuem aproximadamente 22 por cento de suas receitas totais vinculadas ao imposto predial e territorial.

Em 2002, os condados gastaram aproximadamente metade de seus recursos em serviços sociais e educação. De acordo com o Censo de 2002, os condados gastaram cerca de 33 bilhões de dólares em programas de bem-estar social, incluindo serviços médicos e assistenciais. Já o gasto com serviços educacionais foram de 38,2 bilhões. Desse modo, aproximadamente 45 por cento do total de gastos fiscais dos condados foram alocados em bem-estar social ou educação.

A forma de governabilidade dos condados de acordo com a NACo se resume em basicamente três. Primeiramente, existe a comissão com um quadro de supervisores eleitos que governam o condado. A característica distintiva desse tipo de estrutura é a de que os poderes legislativos (e.g., definição de orçamento) e os poderes executivos (e.g., indicação de

---

<sup>10</sup> As informações sobre os condados (counties) foram encontrados no seguinte *site*:  
<http://www.naco.org/Pages/default.aspx>

<sup>11</sup> As informações sobre as receitas dos condados encontram-se no *site*:  
<http://www.census.gov/>

empregados) são exercidos por uma comissão eleita cujos representantes são geralmente afiliados ao partido Democrata ou Republicano. O estado de *Mississippi* exemplifica esta forma de governo, já que desde as eleições gerais de 1984, cinco comissários (podem representar diferentes partidos) são eleitos a cada quadro anos em todos os condados com o fim de se compor a comissão citada.

Existe também o modelo de governabilidade em que um administrador é apontado pela comissão eleita e possui a autoridade de contratar e despedir funcionários e formular o orçamento. O condado de *Baldwin* no *Alabama*, por exemplo, elege o quadro de comissários que em seguida aponta um administrador responsável por diversas funções como analisar e revisar legislações federais e estaduais com impacto direto no condado. Finalmente, a terceira forma de governo ocorre através de uma separação dos poderes. Nesse caso, elege-se um chefe administrativo oficial da jurisdição que tem a autoridade de vetar decisões do quadro de supervisores que assim como nos sistemas anteriores já citados é composto por comissários eleitos. O condado *Orange* localizado na *Florida* explicita esse modo de divisão dos poderes. Em novembro de 1988 foi aprovado nesse condado um novo método de governança em que um prefeito e um quadro de seis comissários eleitos pela população iriam comandar o condado durante mandatos de quatro anos. As eleições do prefeito e de metade dos membros da comissão iriam ocorrer no meio das eleições presidenciais e a outra metade seria no mesmo ano da eleição para presidente. Embora a maioria dos condados ainda opere sobre a forma de comissão, mais de 40 por cento mudaram para o sistema com administrador ou executivo eleito.

## 5. Dados e Métodos

O censo do governo norte-americano contém dados confiáveis sobre as doações federais feitas para os estados e condados. As informações disponíveis são anuais e referem-se aos períodos de 1983 até 2008<sup>12</sup>. Também são fornecidos dados sobre as eleições presidenciais dos Estados Unidos desde 1980 até 2008<sup>13</sup>. No entanto, os dados referentes ao processo eleitoral a fim de escolher o governador e senador, necessários para medir a lealdade dos eleitores dos condados, não são fornecidos pelo censo. Desta forma, o material coletado sobre os tópicos citados foram obtidos no *U.S. Election Atlas* que fornece dados das eleições senatoriais e governatoriais de todos os estados a partir de 1990<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> As informações foram coletadas no *USA Counties Information* cujo endereço eletrônico encontra-se adiante: <http://www.census.gov/support/USACdata.html>

<sup>13</sup> O estado do Alaska foi desconsiderado devido às limitações dos seus dados fornecidos. Afinal, as estatísticas eleitorais no Alaska estão divididas entre 40 distritos e não há dados sobre as eleições cuja divisão seja referente aos 29 condados que este estado possui.

<sup>14</sup> Os dados para as eleições senatoriais e governatoriais encontram-se no *site*: <http://uselectionatlas.org/RESULTS/index.html>

A variável dependente é o logaritmo neperiano (ln) das transferências federais per capita para os condados<sup>15</sup>. Afinal, cada condado varia quanto ao tamanho de sua população que pode conter 10 milhões de habitantes como *Los Angeles* na *California* ou menos de 50 mil habitantes como a maioria dos condados. Portanto, existe a necessidade de divisão entre as transferências recebidas e o número total de habitantes de cada região analisada. Essas transferências englobam uma gama variada de programas como educação, estradas, rodovias, hospitais, saúde pública, moradia e bem-estar social. Além disso, as transferências correspondem a cerca de 3% da receita total dos condados.

A principal variável explicativa é o controle partidário, isto é, o partido detentor da maior representação no condado, representação essa a ser descrita detalhadamente abaixo. De acordo com Ansolabehere e Snyder (2003), argumentos teóricos preveem uma relação entre a escolha do partido feita pelos eleitores em determinado local e o controle partidário do governo estadual. Segundo os autores, espera-se que condados Democratas recebam uma transferência maior quando o estado está sob o controle do partido Democrata do que quando o estado está sob o controle Republicano; e condados Republicanos devem receber maiores transferências quando o estado está sob o controle partidário Republicano do que quando os Democratas assumem o controle do estado. Dessa forma, espera-se encontrar resultado semelhante ao proposto pelos autores a nível presidencial. Ou seja, espera-se que os condados Democratas recebam maiores transferências do que os condados Republicanos quando o presidente Norte-Americano for Democrata e os condados Republicanos recebam mais transferências do que os Democratas caso o presidente eleito seja Republicano.

Existem diversas formas de se medir o controle partidário dos condados. Nesse estudo foi adotada a análise dos resultados eleitorais dos condados referentes às eleições presidenciais, governatoriais e senatoriais<sup>16</sup>. Se os eleitores do condado votaram com maioria para o candidato Democrata à presidência e se naquele ano o presidente eleito foi de fato Democrata, então o condado recebeu valor unitário na *dummy* presidencial, caso contrário, o condado obteve valor zero. O mesmo procedimento ocorreu nos condados que deram maioria dos votos ao candidato Republicano à presidência. Em todos os casos, a *dummy* para presidente foi igual durante os quatro anos de vigência presidencial. Dessa forma, se um condado desse maioria de votos ao candidato eleito para presidente, então esse condado teria valor um na *dummy* presidencial durante todo o mandato do presidente (quatro anos).

---

<sup>15</sup> As transferências estão em valores constantes, isto é, utilizou-se um único ano (meio do período) como base. Os valores foram deflacionados através do índice de inflação Norte-Americano, CPI (Consumer Price Index), encontrado no seguinte *site* governatorial: <http://www.bls.gov/>

<sup>16</sup> As eleições para a câmara dos deputados Norte-Americanos (*House of Representatives*) que ocorrem a cada dois anos foram desconsideradas. Este fato ocorreu porque muitos condados possuem mais do que um distrito, e.g., o condado de Los Angeles que está situado entre 18 distritos diferentes dos 53 possuídos pelo estado da California. Como cada distrito elege um deputado diferente, fica difícil definir a lealdade partidária de cada condado através das eleições para a câmara dos deputados dos Estados Unidos.

Para as eleições governatoriais, utilizou-se um procedimento semelhante ao adotado nas eleições presidenciais. Se o condado deu maioria de votos a um governador do mesmo partido que o atual presidente na ocasião ou do presidente eleito naquela eleição<sup>17</sup>, independentemente do governador ser eleito, o condado recebeu valor unitário na *dummy* governatorial, caso contrário, ficou com o valor zero. Desse modo, como havia sido feito anteriormente, quando o condado deu maioria de votos para o governador que representava o mesmo partido do presidente eleito, sua *dummy* atingiu valor unitário durante todo o período de vigência do mandato governatorial (para 48 dos 50 estados este espaço de tempo é de quatro anos).

Analizou-se as eleições do senado da seguinte forma: todos os condados que deram maior número de votos para o candidato senatorial representante do mesmo partido do presidente que atuava naquela ocasião ou era candidato à presidência eleito naquele ano<sup>18</sup>, recebeu valor um na *dummy* para senador. Caso contrário, recebeu valor zero. Como cada estado possui direito a dois senadores, o valor da *dummy* não permaneceu igual durante todo o mandato senatorial de seis anos. Sendo assim, toda vez que houve eleição para o segundo representante do senado para cada determinado estado, foi como se o processo fosse reiniciado. Ou seja, a *dummy* de Senado assumia valor um para o condado que desse maioria de votos para um senador do mesmo partido que o presidente em vigência, no entanto, o período de permanência do valor unitário da *dummy* vigorou apenas até a eleição do segundo representante do estado no Senado e assim, sucessivamente. Desse modo, como nenhum estado elege seus dois representantes em uma mesma eleição, o valor da *dummy* durou no máximo quatro anos ao invés dos seis anos de mandato pelo qual o senador tem direito de permanecer em seu cargo. A menos que a mesma configuração política tenha se repetido, mantendo o valor um. Caso contrário, a *dummy* recebeu valor zero quando o representante eleito era de partido distinto.

Para saber o grau de fidelidade do condado ao partido, adotou-se uma medida que estabeleceu se o condado votou no mesmo partido para presidente, senador e governador. Em caso positivo, se o partido analisado foi igual àquele do presidente que exercia o cargo no

---

<sup>17</sup> As eleições para governador nos Estados Unidos, diferente da eleição presidencial, não ocorrem sempre na mesma data. Como os estados são independentes, eles possuem autonomia para organizar suas próprias eleições governatoriais e assim, apesar da maioria dos estados conferirem mandatos de quatro anos aos seus governadores (com exceção de New Hampshire e Vermont que fazem eleições a cada dois anos), os anos eleitorais são intercalados: 36 estados fazem eleições para governador no meio do mandato presidencial (AL, AK, AZ, AR, CA, CO, CT, FL, GA, HI, ID, IL, IA, KS, ME, MD, MA, MI, MN, NE, NV, NH, NM, NY, OH, OK, OR, PA, RI, SC, SD, TN, TX, VT, WI, WY), outros 9 estados fazem apenas no mesmo ano das eleições presidenciais (DE, IN, MO, MT, NC, ND, UT, WA, WV), 3 estados fazem eleições um ano antes das eleições para presidente (KY, LA, MS) e finalmente, 2 estados fazem um ano após as eleições presidenciais (NJ, VA).

<sup>18</sup> O Senado é composto por cem membros, sendo que cada estado tem direito à dois representantes. Como o mandato do senador é de seis anos, as eleições senatoriais ocorrem a cada dois anos com a fim de renovar aproximadamente um terço das posições no Senado Norte-Americano.

período analisado, então a *dummy* de lealdade do condado recebeu valor unitário no ano em que este fato ocorreu. Caso contrário, o valor foi zerado. Ou melhor, as três *dummies* anteriormente citadas foram multiplicadas entre si a fim de originar essa nova *dummy* de fidelidade aonde os valores unitários significavam que o condado votou com maioria para candidatos à presidência, senado e governo representantes de um mesmo partido, mais especificamente o partido do presidente que exercia o poder na ocasião. No caso em que essa *dummy* assumiu valor zero, pelo menos um dos candidatos que angariaram a maior parte dos votos nos condados (presidente, senador ou governador) não representavam o mesmo partido que o do presidente em exercício.

Como neste estudo o enfoque foi direcionado para as transferências federais, o maior interesse esteve presente nas eleições presidenciais. Portanto, também foram criadas mais três *dummies*. A primeira recebeu valor unitário caso o condado tenha concedido maior número de votos para o candidato do mesmo partido que o do atual presidente na ocasião, apenas nas eleições presidenciais e governatoriais. A segunda *dummy* tornou-se igual a um apenas nos condados cuja maioria dos votos para os candidatos à presidência e senado, e somente eles, tenham sido do mesmo partido que o do presidente em vigência. E a terceira *dummy*, só recebeu valor unitário se o condado votou com maioria para o presidente que ganhou a eleição e concedeu maior número de votos para senador e governador ao partido contrário àquele do presidente. Espera-se que todas essas quatro *dummies* criadas recebam valor positivo. No entanto, acredita-se que a *dummy* de fidelidade para presidente, senador e governador simultaneamente, tenha maior coeficiente estimado que os coeficientes das demais.

Com o intuito de captar o efeito do eleitor pivotal, utilizou-se o conceito descrito em Ansolabehere e Snyder (2003) que define as áreas de pivotalidade como os locais cujo resultado eleitoral foi próximo de 50% Democrata e 50% Republicano. Dessa forma, os condados em que a diferença de porcentagem de votos foi menor do que 10% (e.g., 54,5% Democrata e 45,5% Republicano) nas eleições para presidente, senador e governador, receberam valor unitário nas respectiva *dummies* para cada uma dessas três eleições anteriormente citadas.

Ou seja, se a eleição para presidente no condado teve uma diferença percentual menor do que 10% entre a porcentagem de votos para o candidato à presidência Republicano e Democrata e vice-versa, então a *dummy* de proximidade para as eleições presidenciais recebeu valor um. Caso contrário, a *dummy* de proximidade para as eleições presidenciais foi zerada no condado em que a diferença de votos entre os candidatos à presidência foi maior do que 10%. O mesmo procedimento foi feito nas eleições para Governador e Senador e portanto, foram criadas três *dummies* de proximidade, uma para as eleições presidenciais, outra para as eleições senatoriais e finalmente a última para as eleições governatoriais. Nesse caso, a crença é de que o resultado obtido na *dummy* de pivotalidade seja positivo, demonstrando que quanto mais acirrada a eleição, maior é a transferência per capita posterior, de forma a consolidar o controle

do partido no condado. No entanto, espera-se que a *dummy* de proximidade para Presidente seja maior do que as demais, já que as eleições presidenciais devem receber maior prestígio devido ao fato das transferências serem de âmbito federal.

Como as doações também são destinadas a programas de bem-estar social, pobreza, saúde e educação, decidiu-se analisar estas quatro variáveis a partir de uma proxy para cada uma delas. Utilizando os dados do censo do governo, escolheu-se o número de pessoas aposentadas que recebem a seguridade social (idosos acima de 65 anos de idade), a quantidade de fazendas (o governo Norte-Americano subsidia os fazendeiros com dinheiro extra para suas colheitas, assim como a garantia de preço mínimo<sup>19</sup>), o número de pessoas de todas as idades vivendo na pobreza e o número de pessoas matriculadas nas escolas públicas. Desse modo, procurou-se encontrar uma proxy para saúde, bem-estar social, pobreza e educação, respectivamente. Essas medidas foram reforçadas com outras variáveis. O número de habitantes Afro-Americanos e a quantidade de desempregados foram as escolhidas. Acredita-se que todas essas seis variáveis, recebam valor positivo. Afinal, segundo Ansolabehere, Gerber e Snyder (2002) Afro-Americanos, desempregados, pobres e aposentados são alvos do assistencialismo público. Além disso, parte das doações federais para os condados são destinadas para a educação e as fazendas por receberem subsídios governatoriais devem provocar um aumento de transferências para as áreas com maior número de terras cujo principal uso se destina à agricultura.

Outro objetivo do trabalho foi buscar variáveis que podem repelir as transferências federais. Para tanto, foi incluída uma variável que capta a quantia de receita obtida pelo condado, outra que demonstra o valor das novas casas compradas pelos habitantes dos condados e por último, acrescentou-se a renda da população. Acredita-se que essas variáveis recebam valor negativo, pois elas sinalizam que os habitantes dos condados já possuem recursos financeiros e não precisam tanto do assistencialismo federal imposto através das transferências. Logo, espera-se que quanto maior a receita obtida pelo condado, o valor das casas adquiridas por seus habitantes e a renda de sua população, menor seja a transferência donativa federal per capita enviada para o condado.

Além desses dados, utilizou-se também a variável que mede o número de habitantes no condado. Como afirma Ansolabehere e Snyder (2003), devido ao orçamento incremental, é provável que a população do condado seja negativamente relacionada com o nível de gastos. Assim, se existir uma defasagem na alocação das transferências quando a população se altera, um aumento populacional no condado irá diminuir automaticamente a transferência per capita. Segundo os autores, a economia de escala também pode gerar um efeito negativo da população nas transferências per capita.

---

<sup>19</sup> Os dados sobre subsídio agrícola encontram-se no site: <http://www.usda.gov/wps/portal/usda/usdahome>

Para medir as diferentes influências do volume habitacional dos condados nas transferências per capita, adicionou-se uma variável de tamanho populacional ao quadrado. Dessa forma, no caso de haver uma relação positiva entre transferências per capita e tamanho da população, seja devido a não existência de defasagem na alocação das transferências diante de um aumento populacional, ou qualquer outra razão, é possível notar até que ponto ela persiste. Espera-se que essa variável assuma valor negativo, pois acredita-se que quando os condados atingem um determinado tamanho populacional de grande proporção como *Los Angeles* (10 milhões de habitantes), eles conseguem captar bastantes recursos financeiros através dos impostos e portanto, necessitam de um auxílio menor.

Outra medida adotada foi a porcentagem de votos a fim de analisar com maior profundidade o efeito lealdade nos condados. Segundo Mayer (2007), o *swing voter* é como o seu próprio nome define, aquele eleitor que pode tanto votar em um candidato de um partido quanto de outro. Ou seja, ele não está firmemente comprometido com algum candidato a ponto de qualquer tentativa de persuasão com o intuito de mudar o seu voto seja inútil. Desse modo, o *swing voter* pode permanecer em dúvida sobre quem ele irá votar até o dia da eleição.

Para Mayer (2007), este tipo de eleitor desperta maior interesse nos candidatos. Afinal, o público fiel partidário já está garantido e dificilmente será possível atingir os votos daqueles que são leais ao partido adversário, logo para ganhar a eleição é necessário ir atrás dos votos dos indecisos. Como afirma o autor, é possível traçar um paralelo entre o *swing voter* e os chamados *battleground states* que são os estados a serem vencidos pelos colégios eleitorais Norte-Americanos. Assim como os *swing voters*, os “campos de batalhas estaduais” se referem aos estados que não podem ser considerados “ocupados” por algum candidato à presidência e ainda permanecem concedendo a possibilidade de serem conquistados por algum dos partidos.

Esse conceito explicitado acima, para Mayer (2007), pode tornar claro o entendimento do esforço empregado pelos candidatos à presidência dos Estados Unidos em 2004 nos pequenos estados como *New Hampshire*, *New Mexico*, *Iowa*, *Colorado* e *Wisconsin* ao invés de *California*, *New York* e *Texas*, os três maiores eleitorados estaduais. Dessa forma, definiu-se uma variável a fim de captar o efeito convicção partidária do condado. Os estudos foram feitos para as eleições presidenciais, senatoriais e governatoriais e foram divididos entre os dois partidos Republicano e Democrata.

Primeiramente, escolheu-se os condados cuja maioria dos votos nas eleições presidenciais foram para o candidato eleito. Nesses condados, criou-se uma variável que mede a porcentagem de votos dada para o candidato. Ou seja, foram criadas duas variáveis, uma que capta a porcentagem de votos para o presidente republicano quando este estava no poder, apenas nos condados em que a maioria de votos foi para o presidente eleito, e outra que capta a porcentagem de votos para o presidente Democrata nos condados em que o presidente

Democrata teve maioria de votos e durante o período de comando Democrata na presidência dos Estados Unidos.

Em segundo lugar, foram feitas outras duas variáveis de porcentagem Democrata e Republicana seguindo o exemplo anterior, porém analisando-se as eleições senatoriais. Assim, quando o senador com maioria dos votos era do mesmo partido que o presidente, o condado tinha a sua porcentagem de votos senatoriais analisada. Caso contrário, o condado era ignorado na observação do número de votos. O mesmo procedimento foi adotado para as eleições governatoriais. Se o condado deu maioria de votos para o candidato a governador cujo partido era o mesmo que o do presidente, então a porcentagem de votos desse condado foi considerada na variável percentual de votos governatoriais. Como citado anteriormente, foram criadas duas variáveis, uma para quando o presidente fosse Democrata e outra para quando fosse Republicano.

Todas essas variáveis foram também utilizadas elevadas à segunda potência. Desse modo, buscou-se analisar o movimento das transferências per capita de acordo com a porcentagem de votos. Espera-se que o valor das variáveis percentuais lineares seja positivo, ou melhor, quanto maior a porcentagem de votos, maior é a quantidade de recursos transferidos. Porém, quando se considera as variáveis elevadas ao quadrado, acredita-se que elas irão possuir valor negativo. Afinal, a partir de certa porcentagem de votos não vale mais a pena transferir recursos, já que o condado se mostrou fiel ao partido e não precisa ser conquistado.

Finalmente, seguindo a abordagem de Bugarin e Ferreira (2007) sobre o ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal, procurou-se incorporar nesse trabalho o movimento das transferências durante o decorrer dos anos buscando captar algum movimento de cunho político nas transferências federais. Para tanto, criou-se uma *dummy* anual para cada ano observado, excluindo-se apenas o último período anual. Esse procedimento possui o objetivo de medir o ciclo-orçamentário político. Espera-se encontrar, assim como foi demonstrado pelos autores, que as transferências federais aumentam quando as eleições se aproximam e diminuem logo após o resultado eleitoral definitivo.

## 6. Interpretações

Segundo Brown, Fossett e Palmer (1984), as transferências donativas federais Norte-Americanas para estados e condados ganharam tanta importância desde a década de 1960, que toda administração nacional dos Estados Unidos se depara com importantes decisões a serem tomadas sobre o seu modelo e uso. Sendo assim, nenhum presidente pode se furtar das decisões acerca da extensão e alocação das transferências federais. Os autores afirmam que durante as administrações dos presidentes Lyndon B. Johnson, Richard M. Nixon, Gerald R. Ford e Jimmy Carter, período que vai de 1963 até 1981, as transferências federais aumentaram

massivamente. No entanto, cada presidente focou em diferentes áreas sociais e localidades geográficas. Enquanto Johnson e Carter (presidentes Democratas) focaram em áreas específicas de maior necessidade com programas sociais pré-determinados, Nixon e Ford (presidentes Republicanos) procuraram fazer um sistema de delegação de poderes administrativos para governos locais com o objetivo de implementar um novo federalismo.

A grande expansão das transferências federais iniciada com Lyndon B. Johnson na primeira metade da década de 1960 foi acompanhada por mudanças no modelo dessas transferências, como o seu uso para atingir objetivos nacionais nas áreas sociais. Até 1960, os programas de assistência social eram feitos para ajudar os estados e suas subdivisões a dar continuidade às suas funções tradicionais como construir ruas e dar suporte aos mais pobres. Porém, a partir de 1963 a idéia por trás das transferências mudaram e elas passaram a ser utilizadas para atingir metas sociais dos Estados Unidos através dos governos subnacionais e não mais o oposto. Desse modo, as transferências passaram a ter um foco explícito e os governos locais teriam que utilizá-las para aquela determinada área previamente imposta pela governo federal.

De acordo com Bowman e Kearney (2010) as transferências donativas federais (*grant-in-aid*) são feitas para redistribuir riqueza, estabelecer um nível de padrão social mínimo e alcançar objetivos políticos nacionais. Segundo os autores, existem duas variações principais nas transferências: o quão discricionário é o processo de escolha de quanto dinheiro será gasto e quais condições estão por trás do direito adquirido de receber essas transferências. Existem essencialmente dois tipos de transferências. A primeira delas é chamada de "*categorical grant*" e pode ser usada pelo receptor da transferência apenas para propósitos previamente definidos como remoção de amianto dos prédios escolares. O outro tipo é conhecido como "*block grant*" e pode ser utilizado de qualquer maneira desde que seja alocado na área cujo destino foi previamente delimitado pelo governo como saúde e transporte. Ou seja, a diferença entre os dois tipos de transferências é que o governo que recebe o "*block grant*" pode decidir como irá gastá-lo. Existem cerca de 625 tipos de transferências das quais 17 são consideradas "*block grant*". Segundo Finegold, Wherry e Schardin (2004), a parcela de "*block grant*" do total das transferências federais nunca passou de 20%.

Bowman e Kearney (2010) ainda atentam para o fato de que as transferências também variam de acordo com o critério utilizado na sua alocação. Existe a "*formula grant*" aonde as transferências estão disponíveis automaticamente de acordo com previsões legais feitas pela legislação e são baseadas nas condições locais do destinatário como nível de pobreza e taxa de desemprego. E além desse critério, também é utilizado o "*project grant*" que premia o melhor projeto com a respectiva transferência. Ou seja, existe uma agência federal que julga os aplicantes às transferências e de acordo com os critérios por ela utilizados, quem fizer a melhor proposta irá receber a transferência. Todas as transferências do tipo "*block grant*" são feitas a

partir do uso do “formula grant”. Por outro lado, as transferências de característica “*categorical grant*” utilizam ambos os critérios. Segundo a análise orçamentária do governo Norte-Americano de 2012<sup>20</sup>, do total das transferências federais, cerca de 33% correspondem ao critério “*project grant*”.

Foi feita uma comissão em junho de 2011 pela câmara dos deputados Norte-Americanos (*House of the Representatives*) com o fim de discutir e melhorar a transparência dos programas de transferências federais<sup>21</sup>. Segundo os dados divulgados nessa ocasião, de 1990 até 2010, os gastos federais com transferências aumentaram de 135 para 608 bilhões de dólares. No entanto, o principal problema apontado não foram os aumentos das transferências mas sim a transparência com que estes são feitos. A comissão discutiu com maior enfoque o fato de que as agências responsáveis pela avaliação dos aplicantes às transferências (grants) não divulgam com frequência os critérios utilizados nas decisões de alocação. E quando divulgam, ainda assim elas não classificam o peso dado para cada um dos critérios avaliados. Desse modo, fica difícil para o público julgar se a distribuição das transferências donativas federais são feitas de maneira meritocráticas. Usualmente, as decisões da seleção de financiamento não são documentadas e não se pode ter certeza da razão por trás do fato de que alguns aplicantes às transferências são bem sucedidos e outros não. Tentou-se responder com o resultado da análise empírica se a meritocracia é deixada de lado em favorecimento do objetivo político de premiar áreas aonde o suporte partidário é maior.

A análise das tabelas aonde as regressões estão contidas é capaz de nos informar sobre quão politicamente motivadas são as transferências federais donativas. Através das dummies que medem o grau de fidelidade partidária foi possível verificar uma relação positiva entre transferências federais e o alinhamento político com o partido no comando do cargo presidencial Norte-Americano. As tabelas completas referentes aos estudos econométricos se encontram no apêndice. Esta sessão apresenta e discute o estudo econométrico mais completo desta dissertação. As regressões 7 e 8 da tabela 4 incorporam todas as quatro dummies de fidelidade partidária, as seis variáveis de âmbito social, as três dummies de proximidade a fim de captar a pivotalidade, as duas variáveis de repulsão de transferências<sup>22</sup>, além das duas variáveis populacionais. Dessa forma, essas regressões têm menor risco de viés devido à omissão de variáveis explicativas. Entretanto, o fato que difere essas duas regressões é o efeito temporal

---

<sup>20</sup> Análise orçamentária federal Norte-Americana sob o título de *Fiscal Year 2012 – Analytical Perspectives – Budget of the U.S. Government*, encontrado na seção “*special topics*” no seguinte endereço eletrônico: <http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/omb/budget/fy2012/assets/topics.pdf>

<sup>21</sup> Comissão organizada pela câmara dos deputados (*house of the representatives*) do 112<sup>o</sup> congresso Norte-Americano no dia 23 de Junho de 2011 sob o título: *Improving Oversight and Accountability In Federal Grant Programs*. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.gpo.gov/fdsys/>

<sup>22</sup> A variável de receitas dos condados foi desconsiderada, afinal sua correlação com a renda da população era muito alta e foi necessário escolher uma das duas variáveis. Quando testadas separadamente, ambas tiveram sinais negativos e foram significativas. Ou seja, quanto maior for a receita recebida pelo condado e a renda de sua população, menos transferências o condado irá receber.

que na primeira regressão é desconsiderado enquanto na segunda regressão os efeitos temporais são fixados e é considerada a diferença anual que possa existir nas transferências. O coeficiente de determinação ajustado da regressão 8 é maior do que o da regressão 7 (0,77 contra 0,72). Além disso, de acordo com teste de inclusão de variáveis redundantes, as dummies anuais incluídas na regressão 8 são relevantes ao modelo<sup>23</sup>. Estes fatos demonstram que o efeito fixo temporal é relevante para a regressão e, assim, a regressão 8 deve ser considerada em nossa análise ao invés da regressão 7, devido ao seu maior poder de explicação. A regressão 8 da tabela 4 do apêndice corresponde à tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Transferências federais, controle partidário e ciclo político-orçamentário, 1991-2008.

Variável dependente = Logaritmo neperiano (ln) das transferências federais donativas per capita.

In das transf. Federais donativas per capita	Coeficiente	erro padrão	estatística-t	P>t
Constante***	-0.548	0.037	-14.803	0.00
Dummy presidente, senador e governador***	0.017	0.004	3.515	0.00
Dummy presidente e senador ***	0.022	0.004	4.973	0.00
Dummy presidente e governador***	0.021	0.006	3.116	0.00
Dummy presidente***	0.012	0.005	2.386	0.01
Porcentagem de Afro-Americanos***	0.299	0.072	4.160	0.00
Porcentagem de seguridade social***	2.948	0.211	13.96	0.00
Número de fazendas per capita***	8.516	0.292	29.15	0.00
Porcentagem de desempregados***	0.943	0.241	3.910	0.00
Pessoas na pobreza**	6.66E-07	3.33E-07	1.997	0.04
Renda*	-1.71E-12	1.01E-12	-1.693	0.09
Dummy de proximidade para presidente***	0.013	0.004	3.163	0.00
Dummy de proximidade para senador	-0.003	0.004	-0.883	0.37
Dummy de proximidade para governador	-0.004	0.003	-1.182	0.23
População***	-1.13E-06	1.49E-07	-7.566	0.00
População ao quadrado***	1.58E-13	2.14E-14	7.355	0.00
Porcentagem de estudantes nas escolas públicas***	0.323	0.077	4.185	0.00
Valor das novas casa adquiridas***	-1.09E-07	1.93E-08	-5.617	0.00
Dummy ano 1991***	-0.741	0.010	-68.33	0.00
Dummy ano 1992***	-0.573	0.010	-53.34	0.00
Dummy ano 1993***	-0.462	0.009	-47.68	0.00
Dummy ano 1994***	-0.446	0.009	-46.18	0.00
Dummy ano 1995***	-0.446	0.009	-46.74	0.00
Dummy ano 1996***	-0.496	0.009	-51.94	0.00
Dummy ano 1997***	-0.442	0.009	-46.39	0.00

<sup>23</sup> A estatística F a fim de testar a significância do efeito fixo temporal foi  $F[17,47583] = \{(0,77-0,75)/17\}/\{(1-0,77)/47583\} = 272$ . Este número é bem maior do que 1,62, o F crítico a 95 por cento. Desse modo, a inclusão das variáveis dummies anuais são relevantes ao modelo.

Dummy ano 1998***	-0.413	0.009	-43.35	0.00
Dummy ano 1999***	-0.293	0.009	-30.716	0.00
Dummy ano 2000***	-0.217	0.009	-22.95	0.00
Dummy ano 2001***	-0.150	0.008	-16.77	0.00
Dummy ano 2002***	-0.086	0.008	-9.796	0.00
Dummy ano 2003***	-0.043	0.008	-4.852	0.00
Dummy ano 2004***	-0.047	0.008	-5.349	0.00
Dummy ano 2005	-0.011	0.008	-1.372	0.17
Dummy ano 2006***	-0.048	0.008	-5.588	0.00
Dummy ano 2007***	-0.108	0.008	-12.90	0.00

3116 observações,  $R^2$ : 0.77

A regressão segue a metodologia de dados de painel com efeitos fixos.

O erro padrão está representado em parênteses.

\* = significativa ao nível 0.10; \*\* = significativa ao nível 0.05; \*\*\* = significativa ao nível 0.01

Como pode ser observado, a maioria das variáveis explicativas da regressão 8 são significativas. Além disso, as dummies de controle partidário possuem os menores coeficientes dentre todas as demais regressões da quarta tabela, fato que já era esperado pois a inclusão de mais variáveis explicativas ameniza os efeitos individuais de cada variável. Ainda assim, todas essas variáveis mantiveram o seu valor positivo e a sua significância. Na nova situação, condados que votaram com maioria no partido do presidente eleito nas eleições presidenciais, senatoriais e governatoriais receberam 1,71%<sup>24</sup> a mais de transferências federais donativas per capita do que os condados aonde este fato não ocorreu. Os condados que concederam maior número de votos para os candidatos do mesmo partido que o do atual presidente na ocasião, apenas nas eleições presidenciais e governatoriais receberam 2,22% a mais de transferências donativas federais per capita. Já os condados cuja maioria dos votos para os candidatos à presidência e senado, e somente eles, foram para o mesmo partido que o do presidente em vigência obtiveram 2,12% a mais de transferências donativas federais per capita. E se o condado votou com maioria para o presidente que ganhou a eleição e concedeu maior número de votos para senador e governador ao partido contrário àquele do presidente, então ele recebeu 1,2% a mais de transferências donativas federais per capita do que o condado que votou com maioria nas três eleições consideradas para candidatos do partido oposto ao do presidente eleito.

As seis variáveis explicativas sociais também tiveram os seus coeficientes significantes. A variável de porcentagem de Afro-Americanos recebeu coeficiente igual a 0,3. Isto é, quando a porcentagem de habitantes Afro-Americanos aumenta em 1 ponto percentual, a transferência

<sup>24</sup> Foi utilizada a metodologia de Halvorsen e Palmquist (1980) para interpretar dummies em regressões semi-logarítmicas. De acordo com os autores, assumir que o coeficiente da variável dummy multiplicado por 100 é igual ao efeito percentual dessa variável na variável explicativa está incorreto. Antes é necessário fazer o exponencial da variável dummy, subtrair 1 desse resultado e só então a multiplicação desse valor por 100 será capaz de fornecer o efeito percentual da variável dummy na variável explicativa. No caso analisado foi adotado o seguinte método:  $100 \cdot \{ \exp(0,017) - 1 \} = 1,71$ .

federal donativa per capita aumenta, em média, 0,3% mantendo-se as demais variáveis explicativas constantes. Já a variável de porcentagem de seguridade social teve seu valor subtraído para 2,9. Isto significa que quando o número de aposentados recebendo seguridade social aumenta em 1 ponto percentual, a transferência donativa federal per capita aumenta, em média, 2,9% mantendo-se as demais variáveis independentes constantes. A variável que representa o número de fazendas per capita possuiu o valor de 8,5. Ou seja, se o número de fazendas per capita aumentou em 0,01 unidades, a transferência donativa federal per capita teve um acréscimo em média de 8,5% mantendo-se fixas as demais variáveis explicativas. A variável de porcentagem de desempregados recebeu coeficiente no valor de 0,94. Isto é, quando a porcentagem de pessoas desempregadas no condado aumenta em 1 ponto percentual, a transferência federal donativa per capita aumenta nesse condado, em média, 0,94% mantendo-se as demais variáveis explicativas constantes. Já a variável de porcentagem de pessoas na pobreza teve valor de 6.6E-07. Isto significa que quando o número de pessoas vivendo na pobreza aumenta em 1 unidade, a transferência donativa federal per capita aumenta, em média, 6.6E-05% mantendo-se as demais variáveis independentes constantes. Finalmente a variável que representa a porcentagem de estudantes matriculados nas escolas públicas teve coeficiente igual a 0,32 e desse modo, mantendo-se as demais variáveis explicativas constantes, o aumento de 1 ponto percentual no número de estudantes matriculados nas escolas públicas causa um acréscimo médio de 0,32% na transferência donativa federal per capita. Esse último resultado também foi de acordo com o esperada já que parte das doações federais para os condados são destinadas para a educação.

As três dummies de proximidade consideraram separadamente os condados aonde a eleição para presidente, senador e governador tiveram uma diferença percentual de votos entre os candidatos Republicanos e Democratas menor do que 10%. Dessas três variáveis independentes, somente uma foi relevante ao modelo. Está variável corresponde a dummy de proximidade para presidente, ou seja, nos condados aonde o resultado eleitoral da eleição presidencial foi próximo de 50% dos votos para o candidato Democrata e 50% dos votos para o candidato Republicano houve um favorecimento nas transferências federais donativas explicitadas pelo coeficiente positivo da dummy de proximidade para presidente que recebeu valor 0,013. Desse modo, condados aonde a diferença percentual de votos entre os candidatos Republicanos e Democratas foi menor do que 10%, receberam 1,3% a mais de transferências voluntárias federais donativas do que os condados aonde a diferença percentual entre os candidatos dos dois partidos nas eleições para presidente foi maior do que 10%. Esse resultado está de acordo com o esperado, pois nos condados aonde a diferença de votos para os candidatos à presidência dos dois partidos foi pequena e assim a vitória foi obtida de maneira apertada pode significar que um maior esforço a fim de aumentar as transferências donativas federais per capita para esses locais signifique no futuro uma vitória mais tranquila para o partido

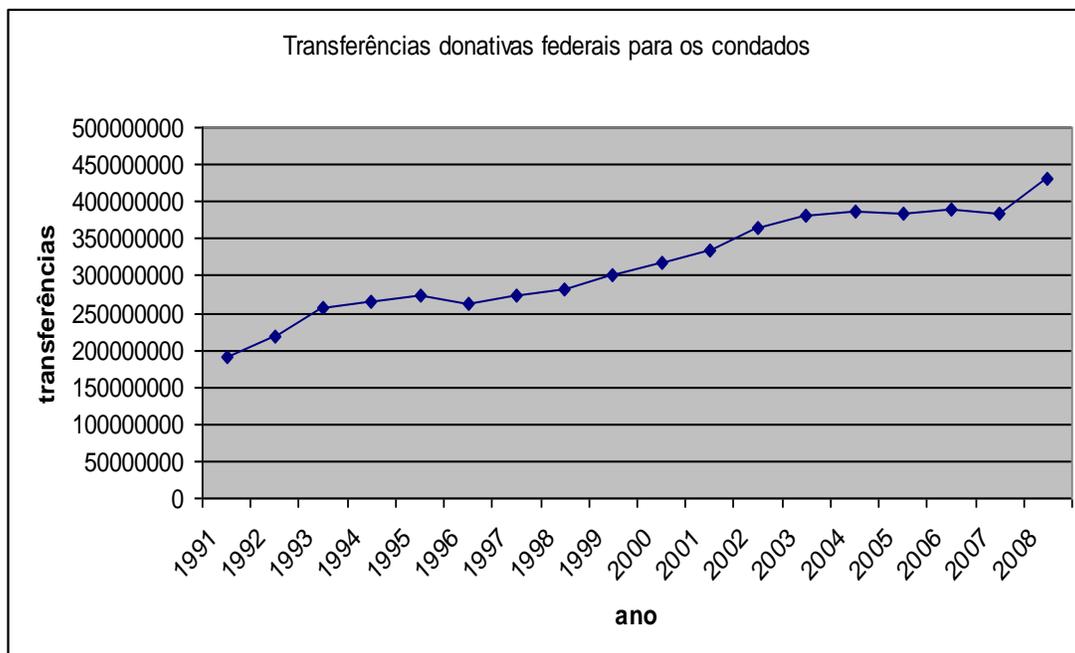
atualmente no poder caso o condado já tenha lhe concedido uma vitória na eleição anterior, caso contrário, essas transferências podem garantir uma mudança favorável ao partido no poder nas próximas eleições que apesar de pequena pode lhe dar a vitória. Sendo assim, vale mais a pena investir em um condado com tais características eleitoreiras do que em um local aonde a vitória de um dos partidos tenha sido consolidada com uma diferença percentual muito grande a ponto de ser difícil uma alternância de cenário nas próximas eleições.

Já as variáveis populacionais foram ambas significativas. Dessa maneira, tanto o número de habitantes quanto o número de habitantes ao quadrado impactam nas transferências donativas federais per capita. O valor da variável populacional foi de  $-1,41E-06$  e o valor da variável populacional ao quadrado foi  $1,15E-13$ . Desse modo as transferências donativas federais per capita nos condados, mantendo-se as demais variáveis constantes, diminuem com o aumento populacional até o momento em que atingem o mínimo que é dado pelo valor 4,78 milhões de habitantes, depois desse ponto elas começam a crescer. Como já havia sido anteriormente citado, o sinal negativo no coeficiente da variável populacional era esperado de acordo com a análise de Ansolabehere e Snyder (2003) que justificam esse fato através da defasagem na alocação das transferências quando a população se altera e assim, um aumento populacional reduz automaticamente a transferência donativa federal per capita recebida pelo condado. O fato das transferências aumentarem nos condados cuja população é maior do que 4,78 milhões pode ser explicada pela importância econômica de tais condados como Los Angeles com 10 milhões de habitantes aonde alterações na população podem ser verificadas com maior frequência e assim diminuem as distorções causadas pela defasagem temporal nas transferências.

As variáveis de repulsão de transferências tiveram o sinal esperado. Dessa forma, a variável renda do condado teve coeficiente negativo no valor de  $-1,7E-12$ , sendo interpretada da seguinte maneira: Quando a renda do condado aumenta em uma unidade monetária, espera-se um decréscimo médio de  $-1,7E-10\%$  nas transferências donativas per capita, mantendo-se as demais variáveis constantes. Da mesma maneira, a variável valor das novas casas adquiridas pelos habitantes dos condados também recebeu sinal negativo e seu coeficiente foi igual a  $-1E-07$ . Logo, quando o valor das novas casas compradas pela população dos condados aumenta em uma unidade monetária, espera-se que exista um decréscimo médio das transferências donativas federais per capita no valor de  $-1E-05\%$ , mantendo-se as demais variáveis constantes.

A quantidade total das transferências donativas federais para os condados Norte-Americanos, já deflacionadas considerando o ano 2000 como base (meio do período), estão representadas no gráfico 1 a seguir que busca elucidar o ciclo político-orçamentário.

Gráfico 1: Transferências (em milhares de dólares), 1991-2008.



Como foi anteriormente citado, as eleições para o congresso Norte-Americano ocorrem a cada dois anos. Além disso, como as eleições governatoriais não ocorrem de modo unificado nos 50 estados, também existem eleições para decidir o cargo executivo estadual a cada dois anos, embora o mandato do governador seja de quatro anos em 48 dos 50 estados. Desse modo, o ciclo eleitoral nos Estados Unidos ocorrem a cada dois anos e como pode ser observado pelo gráfico, com exceção do ano de 1996 quando as transferências diminuíram, todos os demais anos eleitorais (1992, 1994, 1998, 2000, 2002, 2008) foram marcados por uma elevação das transferências donativas federais per capita em relação aos seus respectivos anos anteriores. A queda nas transferências no ano de 1996, por ser um ano de eleição presidencial, reteve maior atenção. Segundo Burns e Taylor (2001), o presidente Democrata Bill Clinton se declarou como um “Novo Democrata” na campanha presidencial de 1992. Este fato significava que a intenção de Clinton, principalmente no âmbito econômico, era ser mais conservador do que os Democratas que governaram os Estados Unidos em oportunidades anteriores. De fato o governo Clinton adotou medidas com tais objetivos como por exemplo a revisão feita em 1996 do programa *Aid to Families with a Dependent Children* que suscitou no fim da política pública de assistencialismo que auxiliava crianças que só possuíssem um dos pais ou cuja família tivesse baixa renda.

Os autores também citam outra medida econômica conservativa proposta pelo presidente Bill Clinton no seu primeiro ano de mandato em 1993 e aceita pelo congresso para aumentar os impostos e assim arrecadar 240 bilhões de dólares com o fim de diminuir o déficit. De acordo com Burns e Taylor (2001) administrações Democratas tendem a buscar menores

taxas de desemprego, estímulos para crescimento econômico, gastos federais em programas domésticos e aumento de regulações governatoriais nos negócios. Republicanos, por outro lado, enfatizam menores taxas de inflação, menores gastos governatoriais em programas federais, menores déficits e menos regulações governatoriais nos negócios. Através de uma análise nos gastos discricionários domésticos Norte-Americanos os autores demonstram que Clinton manteve os gastos governatoriais em queda até atingir o seu pico em 1996, inclusive nos anos de 1993 e 1994 quando o congresso era de maioria Democrata. Burns e Taylor (2001) ainda afirmam que Clinton realmente foi um “novo” tipo de Democrata, embora sua tentativa mal sucedida de aprovar o programa de saúde público por exemplo tenha demonstrado a manutenção de algumas idéias liberais mais próximas da ideologia Democrata. No entanto, os cortes de gastos fiscais, principalmente no seu primeiro mandato, ajudam a explicar a queda nas transferências federais donativas per capita no ano eleitoral de 1996.

Para uma melhor análise do Ciclo Político-Orçamentário, foram feitas quatro regressões aonde a principal variável independente foi a dummy correspondente ao ano eleitoral. Essa variável binária assumiu valor 1 nos anos eleitorais que ocorreram a cada dois anos<sup>25</sup> (anos pares) nos Estados Unidos. Nos demais anos, a dummy eleitoral recebeu valor zero e assim, foi possível notar a influência dos anos eleitorais nas transferências donativas federais per capita. De acordo com a primeira regressão que apenas considera a dummy de ano eleitoral como variável independente, em anos de eleição as transferências donativas federais per capita são 4,1% maiores do que anos aonde não há eleições nos Estados Unidos.

Assim como ocorreu anteriormente com as dummies que mediam o grau de fidelidade partidária do condado, a inclusão de novas variáveis explicativas relevantes ao modelo amenizaram o efeito da variável dummy estudada nas transferências federais donativas per capita. Na regressão 4 representada na tabela 2 a seguir aonde todos os efeitos das variáveis independentes estão captados pela regressão, foi possível encontrar uma relação positiva, embora de menor intensidade do que a encontrada na regressão 1, entre os anos eleitorais e a quantidade de transferências federais donativas per capita. Segundo a análise empírica econométrica utilizada, em anos eleitorais, as transferências donativas federais per capita são 2,1% maiores do que em anos aonde não há eleições nos Estados Unidos. As demais variáveis explicativas da regressão 4 se assemelham com as duas últimas regressões da primeira tabela e, portanto, já foram analisadas anteriormente.

---

<sup>25</sup> As eleições para a câmara dos deputados Norte-Americanos (*House of Representatives*) ocorrem a cada dois anos. Logo, essa dummy de ano eleitoral capta também o efeito das eleições para deputados dos Estados Unidos nas transferências federais.

Tabela 2: Transferências federais, controle partidário e ciclo político-orçamentário, 1991-2008.

Variável dependente = Logaritmo neperiano (ln) das transferências federais donativas per capita.

In das transf. Federais donativas per capita	Coeficiente	erro padrão	estatística-t	P>t
Constante***	-2.017	0.033	-60.65	0.00
Dummy ano eleitoral***	0.021	0.003	4.27	0.00
Dummy presidente, senador e governador***	0.070	0.005	13.19	0.00
Dummy presidente e senador ***	0.062	0.004	13.06	0.00
Dummy presidente e governador***	0.070	0.007	9.47	0.00
Dummy presidente***	0.035	0.005	6.126	0.00
Porcentagem de Afro-Americanos***	2.873	0.069	41.37	0.00
Porcentagem de seguridade social***	11.38	0.201	56.60	0.00
Número de fazendas per capita***	10.78	0.320	33.66	0.00
Porcentagem de desempregados***	-3.44	0.237	-14.52	0.00
Pessoas na pobreza**	-1.6E-06	3.6E-07	-4.36	0.00
Renda*	1.13E-11	1.1E-12	10.30	0.00
Dummy de proximidade para presidente***	-0.022254	0.004	-4.80	0.00
Dummy de proximidade para senador***	-0.023835	0.004	-5.264	0.00
Dummy de proximidade para governador	0.001361	0.004	0.324	0.74
População***	6.81E-07	1.6E-07	4.17	0.00
População ao quadrado***	-2.28E-13	2.3E-14	-9.80	0.00
Porcentagem de estudantes nas escolas públicas***	-1.089	0.083	-13.00	0.00
Valor das novas casa adquiridas	-3.1E-08	2.11E-08	-1.435	0.13

3116 observações, R<sup>2</sup>: 0.72

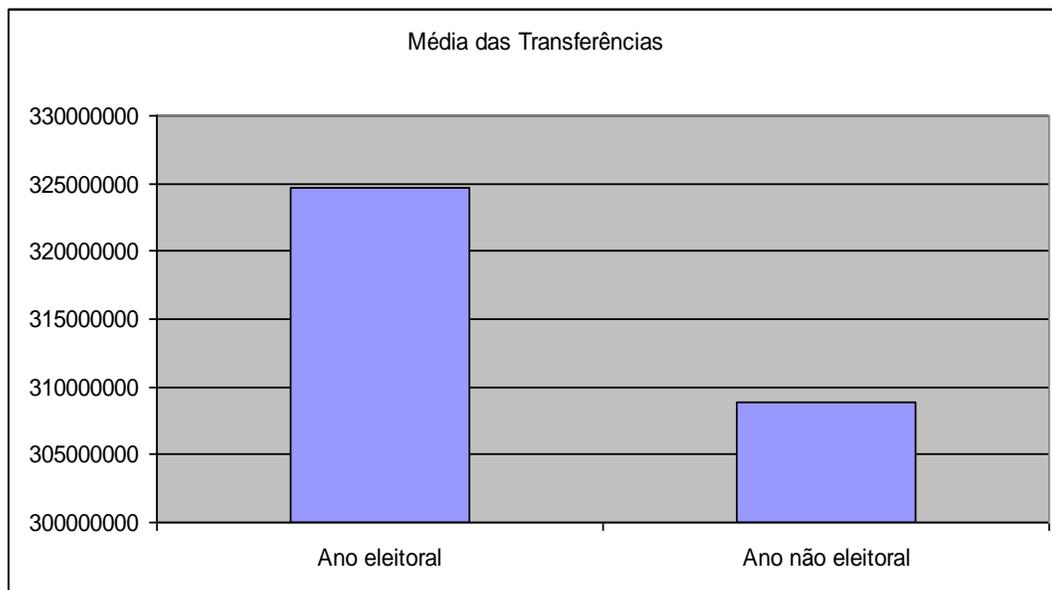
A regressão segue a metodologia de dados de painel com efeitos fixos.

O erro padrão está representado em parênteses.

\* = significativo ao nível 0.10; \*\* = significativo ao nível 0.05; \*\*\* = significativo ao nível 0.01

Além disso, o gráfico 2 a seguir que compara a diferença entre as médias das transferências donativas federais para os condados Norte-Americanos nos anos em que há ou não eleições, evidencia a existência de ciclo político-orçamentário.

Gráfico 2: Média das transferências donativas federais nos anos em que há eleições comparado com os demais (em milhares de dólares), 1991-2008



Na tabela 3 a seguir é apresentada a regressão cujo foco era analisar o efeito “swing voter” nos condados, ou melhor, através das porcentagens de votos buscou-se estudar o grau de convicção partidária dos condados e como ele afeta as transferências federais donativas per capita. Durante os oito anos de governo do presidente Democrata Bill Clinton foi analisada apenas nos condados aonde a maioria dos votos nas eleições presidenciais foram para candidatos do partido Democrata, a porcentagem de votos com que o candidato à presidência ganhou essa eleição. O mesmo procedimento foi feito nas eleições para governador e senador.

Tabela 3: Efeito “swing voter” para condados democratas durante os dois mandatos presidenciais de Bill Clinton, 1993-2000

Variável dependente = Logaritmo neperiano (ln) das transferências federais donativas per capita.

In das transf. Federais donativas per capita	Coeficiente	erro padrão	estatística-t	P>t
Constante	0.768	0.697	1.101	0.27
Porcentagem de votos democratas para presidente***	3.656	1.471	2.485	0.01
Porcentagem de votos democratas para senador**	-3.082	1.537	-2.005	0.045
Porcentagem de votos democratas para governador***	-3.289	0.704	-4.668	0.00
Porcentagem de votos democratas para presidente ao quadrado***	-3.356	1.255	-2.672	0.00
Porcentagem de votos democratas para senador ao quadrado***	2.786	1.150	2.422	0.01

Porcentagem de votos democratas para governador ao quadrado***	2.840	0.611	4.642	0.00
Porcentagem de Afro-Americanos*	1.457	0.799	1.823	0.06
Porcentagem de seguridade social*	4.056	2.158	1.879	0.06
Número de fazendas per capita	11.06	9.545	1.159	0.24
Renda per capita***	1.07E-05	3.99E-06	2.689	0.00
Porcentagem de desempregados*	-1.58	0.910	-1.740	0.08
Porcentagem de pessoas na pobreza***	-5.144	0.378	-1.358	0.00
Dummy de proximidade para presidente	0.008	0.038	0.224	0.82
Dummy de proximidade para senado*	0.052	0.032	1.616	0.10
Dummy de proximidade para governador***	0.065	0.026	2.491	0.01
População**	-2.00E-06	9.21E-07	-2.175	0.02
População ao quadrado	1.17E-13	1.92E-13	0.612	0.54
Porcentagem de estudantes matriculados nas escolas públicas	-0.382	0.546	-0.701	0.48

615 observações,  $R^2$ : 0.88

A regressão segue a metodologia de dados de painel com efeitos fixos.

O erro padrão está representado em parênteses.

\* = significativa ao nível 0.10; \*\* = significativa ao nível 0.05; \*\*\* = significativa ao nível 0.01

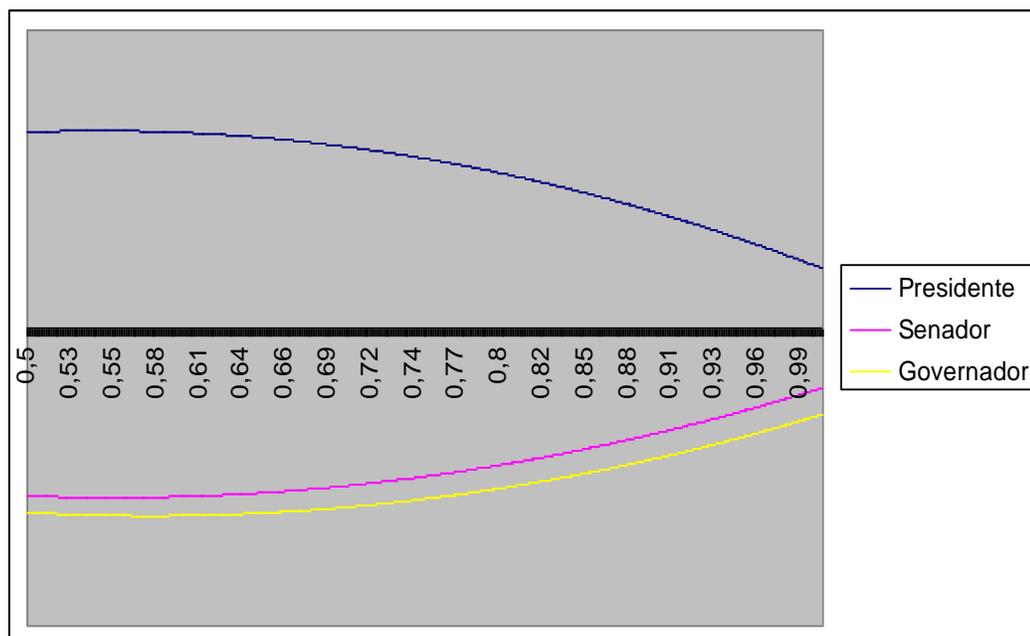
Na regressão da tabela 3 são incorporadas todas as quatro dummies de fidelidade partidária, as sete variáveis de âmbito social, as três dummies de proximidade a fim de captar a pivotalidade, além das duas variáveis populacionais. Este fato fez com que as três variáveis de porcentagem de votos para presidente, senador e governador além dos seus respectivos valores ao quadrado fossem todas significativas. Desse modo, é esperado que as transferências donativas federais per capita cresçam no condado que elegeu com maioria dos votos o candidato Democrata à presidência até o ponto em que essa porcentagem atinja o máximo de 54% e a partir desse ponto comece a decair. Como foi encontrado na regressão anterior, as transferências donativas federais per capita decrescem no condado que elegeu com maioria dos votos o candidato Democrata ao senado, mas dessa vez até o ponto em que essa porcentagem atinge o mínimo de 55% e a partir desse ponto ela começa a crescer. Além disso, é esperado que as transferências donativas federais per capita decresçam no condado que elegeu com maioria dos votos o candidato Democrata ao governo até o ponto em que essa porcentagem alcance o mínimo de 57% e a partir desse ponto comece a crescer<sup>26</sup>. O gráfico 3 a seguir ilustra essa situação<sup>27</sup>.

Gráfico 3 aonde o eixo das ordenadas representam as transferências federais donativas per capita e o das abscissas demonstram a porcentagem de votos para os candidatos

<sup>26</sup> Vale notar que os resultados obtidos não se mostraram robustos para a inclusão de dummies temporais.

<sup>27</sup> Como foram considerados apenas as porcentagens de votos democratas nos condados em que de fato o partido democrata foi vitorioso, só faz sentido considerar as porcentagens acima de 50%.

Democratas. A cor azul representa as eleições presidenciais, a cor rosa as eleições senatoriais e a amarela as eleições governatoriais.



Na tabela 3 a seguir, procurou-se analisar o efeito “swing voter” nos condados Republicanos durante os anos de 2001-2008. Através das porcentagens de votos buscou-se estudar o grau de convicção partidária dos condados e como ele afeta as transferências federais donativas per capita durante os oito anos de governo do presidente Republicano George W. Bush. Foi analisado apenas os condados aonde a maioria dos votos nas eleições presidenciais foram para o candidato do partido Republicano e considerou-se a porcentagem de votos com que o candidato à presidência ganhou essa eleição. O mesmo procedimento foi feito nas eleições para governador e senador.

Tabela 4: Efeito “swing voter” para condados republicanos durante os dois mandatos presidenciais de George W. Bush, 2001-2008

Variável dependente = Logaritmo neperiano (ln) das transferências federais donativas per capita.

In das transf. Federais donativas per capita	Coefficiente	erro padrão	estatística-t	P>t
Constante*	-1.40	0.751	-1.862	0.06
Porcentagem de votos republicanos para presidente*	3.173	1.724	1.839	0.06
Porcentagem de votos republicanos para senador	0.205	1.364	0.150	0.88
Porcentagem de votos republicanos para governador***	-1.275	0.510	-2.50	0.01

Porcentagem de votos republicanos para presidente ao quadrado*	-2.203	1.230	-1.789	0.07
Porcentagem de votos republicanos para senador ao quadrado	-0.137	0.986	-0.139	0.88
Porcentagem de votos republicanos para governador ao quadrado**	0.955	0.444	2.150	0.03
Porcentagem de Afro-Americanos	0.286	1.100	0.260	0.79
Porcentagem de seguridade social	-0.280	0.886	-0.315	0.75
Número de fazendas per capita**	2.239	0.978	2.288	0.02
Renda per capita***	6.75E-06	2.46E-06	2.746	0.00
Porcentagem de desempregados***	4.795	1.279	3.748	0.00
Porcentagem de pessoas na pobreza	0.326	0.367	0.890	0.37
Dummy de proximidade para presidente	0.046	0.041	1.131	0.25
Dummy de proximidade para senador	0.019	0.031	0.622	0.53
Dummy de proximidade para governador	0.003	0.021	0.147	0.88
População**	2.40E-06	1.25E-06	1.926	0.05
População ao quadrado*	-3.94E-13	2.11E-13	-1.867	0.06
Porcentagem de estudantes matriculados nas escolas públicas	0.213	0.187	1.141	0.25

1313 observações, R<sup>2</sup>: 0.80

A regressão segue a metodologia de dados de painel com efeitos fixos.

O erro padrão está representado em parênteses.

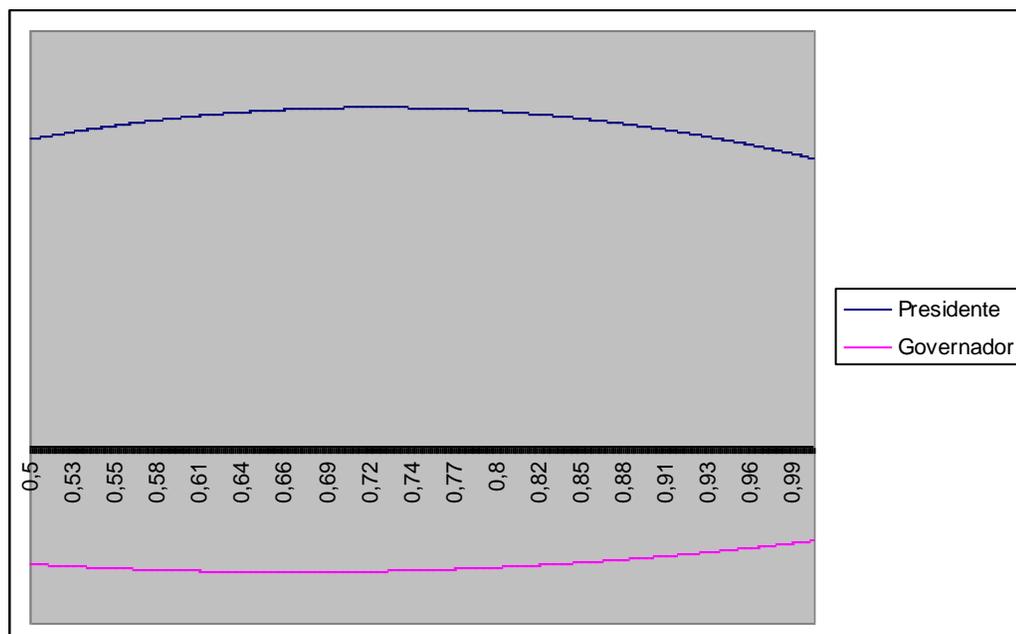
\* = significativo ao nível 0.10; \*\* = significativo ao nível 0.05; \*\*\* = significativo ao nível 0.01

Na regressão da tabela 4 são incorporadas todas as quatro dummies de fidelidade partidária, as sete variáveis de âmbito social, as três dummies de proximidade a fim de captar a pivotalidade, além das duas variáveis populacionais. Este fato fez com que as variáveis de porcentagem de votos para presidente e governador além dos seus respectivos valores ao quadrado continuassem significativas, enquanto a variável de porcentagem de votos para senador e a variável de porcentagem de votos para senador elevada à segunda potência permanecesse insignificantes. Desse modo, é esperado que as transferências donativas federais per capita cresçam no condado que elegeu com maioria dos votos o candidato Republicano à presidência até o ponto em que essa porcentagem atinja o máximo de 71,8% e a partir desse ponto comece a decair. Como foi encontrado na regressão anterior, as transferências donativas federais per capita decrescem no condado que elegeu com maioria dos votos o candidato Republicano ao governo, mas dessa vez até o ponto em que essa porcentagem atinja o mínimo de 66% e a partir desse ponto comece a crescer.<sup>28</sup> O gráfico 4 a seguir ilustra essa situação<sup>29</sup>.

<sup>28</sup> Vale notar que os resultados obtidos não se mostraram robustos para a inclusão de dummies temporais.

<sup>29</sup> Como foram considerados apenas as porcentagens de votos republicanos nos condados em que de fato o partido republicano foi vitorioso, só faz sentido considerar as porcentagens acima de 50%.

Gráfico 4 aonde o eixo das ordenadas representam as transferências federais donativas per capita e o das abscissas demonstram a porcentagem de votos para os candidatos Republicanos. A cor azul representa as eleições presidenciais, a cor rosa as eleições governatoriais. As eleições senatoriais não foram significativas no mandato de Bush e portanto, foram desconsideradas.



## 7. Conclusão

Essa dissertação teve o objetivo de determinar se existe motivação política nas transferências federais Norte-Americanas para os seus respectivos condados. Foram feitos diversos testes econométricos que responderam a essa questão e comprovaram que de fato as transferências donativas federais possuem motivações políticas. De 1990 até 2008, áreas aonde o partido do presidente possuía maiores níveis de suporte eleitoral recebiam, em média, maiores parcelas da distribuição de transferências donativas federais. Também foi encontrado suporte para a noção de pivotalidade de Ansolabehere e Snyder (2003) apenas nas eleições presidenciais. Assim, condados cujas eleições para presidente são mais acirradas recebem, em média, maior transferência donativa federal. Outro resultado importante que demonstra a relevância do ciclo-político nos EUA, assim como Ferreira e Bugarin (2005, 2007) encontraram

para o Brasil, foi o fato de que em anos eleitorais os condados recebem maiores transferências donativas federais per capita do que em anos sem eleições.

Quando os anos analisados foram divididos em dois períodos: Clinton de 1993-2000 e Bush de 2001-2008, as evidências empíricas encontradas para o comportamento das transferências donativas federais, de acordo com a porcentagem de votos dos condados, foram coerentes com as expectativas formadas anteriormente sobre as eleições presidenciais. Nelas, apenas foram considerados os condados cuja maioria dos votos nas eleições para presidente destinaram-se ao candidato eleito. Desse modo, criou-se uma variável que mediu a porcentagem de votos dada para este candidato. Ou seja, foram criadas duas variáveis, uma que captou a porcentagem de votos para o presidente Clinton quando esse estava no poder, apenas nos condados em que a maioria de votos foi para ele, e outra que captou a porcentagem de votos para o presidente Bush nos condados em que ele obteve maioria de votos e durante o período de seu comando na presidência dos Estados Unidos. Como o esperado, o valor das variáveis percentuais lineares foram positivos, ou melhor, quanto maior a porcentagem de votos, maior foi a quantidade de recursos transferidos. Ainda, quando se considerou as variáveis elevadas ao quadrado, ratificou-se o esperado valor negativo. A partir de certa porcentagem de votos não vale mais a pena transferir recursos, já que o condado se mostrou fiel ao partido e não precisa mais ser conquistado.

### Referências Bibliográficas

Akhmedov, A., A. Ravichev, and E. Zhuravskaya (2002), "Regional Political Cycles in Russia"

Alesina, Alberto; Glaser, Edward and Sacerdote, Bruce. 2001. "Why Doesn't the United States Have a European-Style Welfare State?" *Brookings Papers on Economic Activity, Vol. 2001, No. 2. (2001), pp. 187-254.*

Alston, Lee; Melo, Marcus; Mueller, Bernardo e Pereira, Carlos (2012): *When Social Contracts Change: Dissipative Inclusion In Brazil.*

Ansolabehere, Stephen; Gerber, Alan and Snyder Jr, James M. 2002. "Equal Votes, Equal Money: Court Ordered Redistricting and the Distribution of Public Expenditures in the American States." *American Political Science Review*, xx: xx-xx.

Ansolabehere, S. and Snyder Jr, J. M. 2003. "Party control of state government and the distribution of public expenditures." Unpublished paper, Departments of Political Science and Economics, Massachusetts Institute of Technology.

Arulampalam, Wiji; Dasgupta, Sugato; Amrita, Dhillon and Dutta, Bhaskar (2008): *Electoral goals and center-state transfers : a theoretical model and empirical evidence from India.* Discussion Paper. Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit, Bonn.

Asutay, M (2004), "Searching for Opportunistic Political Business Cycles in Turkey", the *European Public Choice Society*, April 15-18.

Bowman, Ann O'M. and Kearney, Richard C.. *State and Local Government*. Wardsworth Publishing, 8<sup>a</sup> edition, 2010.

Brown, Lawrence David; Fossett, James W. and Palmer Kenneth T. *The Changing Politics of Federal Grants*. Brookings Institution Press, 1984.

Bugarin, M. S. ; Bugarin, Mirta N S ; Pires, H. . Deficit Targeting: An Incentive Mechanism for Subnational Fiscal Deficit Reduction in Brazil. In: Hadi Salehi Esfahani; Giovanni Facchini; Geoffrey J. D. Hewings. (Org.). *Economic Development in Latin America - Essay in Honor of Werner Baer*. London: Palgrave Macmillan, 2010, v. , p. 254-272.

Burns, John W. and Taylor, Andrew J. "A New Democrat? The Economic Performance of the Clinton Presidency." *The Independent Review* V.3 (2001): 387-408.

Case A. Election goals and income redistribution: Recent evidence from Albania. *European Economic Review* 2001;45; 405-423.

Cossio, Fernando. "*Ensaio sobre federalismo fiscal no Brasil*". 2002. 165 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

Dahlberg, Matz, and Johannson, Eva. 2002. "On the Vote Purchasing Behavior of Incumbent Governments." *American Political Science Review* 96: 27-40.

Dursun, Ibrahim and Fatih Savasan, "Political Business Cycles at the Municipal Level: The Case of Turkey", 2nd International Conference in Business, Management and Economics in a Changing World, 15-18 June, Cesme, Izmir, 2006.

Ferreira, Ivan; Bugarin, Mauricio. 2005. "*Transferências voluntárias no federalismo fiscal brasileiro: efeito do ciclo fiscal de meio de mandato sobre as eleições municipais*". IX Prêmio Tesouro Nacional - 2004. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, v. 9, p. 221-278.

Ferreira, Ivan; Bugarin, Mauricio. 2007. "*Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro*". *Revista Brasileira de Economia*, volume 61, número 3, 2007.

Halvorsen, R. and R. Palmquist (1980). "The interpretation of dummy variables in semilogarithmic equations". *American Economic Review*, 70, 474–475.

Jewell, Malcolm Edwin; OLSON, David M. *"American state political parties and elections"*. Homewood: Dorsey, 1982. 315p.

Kramer, G. H. (1971). Short term fluctuations in u.s. voting behavior, 1896–1964. *American Political Science Review*, 65:130–43.

Mayer, W. G. (2007). *"The Swing Voter in American Politics"*. Washington, DC: Brookings Institution Press.

Fisher, Ronald (1982), "Income and Grant Effects on Local Expenditures: The Flypaper Effect and Other Difficulties," *Journal of Urban Economics*, Vol. 12 (November), 324-345.

Gramlich, Edward (1969), "State and Local Governments and their Budget Constraint," *International Economic Review*, Vol. 10 (June), 163-182.

Gramlich, Edward (1977), "Intergovernmental Grants: A Review of the Empirical Literature," in W.E. Oates (ed.), *The Political Economy of Federalism*, Lexington, MA: Lexington Books, 219-240.

Henderson, James (1968), "Local Government Expenditures: A Social Welfare Analysis," *Review of Economics and Statistics*, Vol. 50 (May), 156-163.

Hines, James and Richard Thaler (1995), "Anomalies: The Flypaper Effect," *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 9 (Fall), 217-226.

Nordhaus, W. D. (1975). The review of economic studies. *"The Political Business Cycle"*, 42(2):169–190.

Quigley, J.M.; Smolensky, E. "Conflicts among levels of government in a federal System". *Public Finance*, v. 47, p. 202–215, 1992.

Reinikka, Ritva and Jakob Svensson (2003), "The Power of Information: Evidence From a Newspaper Campaign to Reduce Capture," Mimeo., World Bank, December.

Reinikka, Ritva and Jakob Svensson (2004), "Local Capture: Evidence From a Central Government Transfer in Uganda," *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 93 (May), 6562-587.

Rogoff, K. (1990). "Equilibrium political budget cycles". *The American Economic Review*, 80(1):20–36.

Veiga, L. G. and F. J. Veiga (2004), "Political Business Cycles at the Municipal Level", NIPE, WP 4/2004.

Wyckoff, Paul (1991), "The Elusive Flypaper Effect," *Journal of Urban Economics*, Vol. 30 (November), 310-328.

## Apêndice

Tabela 5: Transferências federais, controle partidário e ciclo político-orçamentário, 1991-2008

Variável dependente = Logaritmo neperiano (ln) das transferências federais donativas per capita.

Variável	Regressão 1	Regressão 2	Regressão 3	Regressão 4
Constante	-0.145*** (0.001)	-0.176*** (0.002)	-0.153*** (0.002)	-0.218*** (0.003)
Dummy presidente, senador e governador	0.135*** (0.005)	0.158*** (0.005)	0.144*** (0.005)	0.195*** (0.005)
Dummy presidente e senador		0.099*** (0.004)	-	0.140*** (0.004)
Dummy presidente e governador	-	-	0.085*** (0.007)	0.148*** (0.007)
Dummy presidente	-	-	-	0.099*** (0.006)
Porcentagem de Afro-Americanos	-	-	-	-
Porcentagem de seguridade social	-	-	-	-
Número de fazendas per capita	-	-	-	-
Porcentagem de desempregados	-	-	-	-
Pessoas na pobreza	-	-	-	-
Renda	-	-	-	-
Dummy de proximidade para presidente	-	-	-	-
Dummy de proximidade para senador	-	-	-	-
Dummy de proximidade para governador	-	-	-	-
População	-	-	-	-
População ao quadrado	-	-	-	-
Porcentagem de estudantes nas escolas públicas	-	-	-	-
Valor das novas casa adquiridas	-	-	-	-
Dummy ano 1991	-	-	-	-
Dummy ano 1992	-	-	-	-
Dummy ano 1993	-	-	-	-
Dummy ano 1994	-	-	-	-
Dummy ano 1995	-	-	-	-
Dummy ano 1996	-	-	-	-
Dummy ano 1997	-	-	-	-
Dummy ano 1998	-	-	-	-
Dummy ano 1999	-	-	-	-
Dummy ano 2000	-	-	-	-

Dummy ano 2001	-	-	-	-
Dummy ano 2002	-	-	-	-
Dummy ano 2003	-	-	-	-
Dummy ano 2004	-	-	-	-
Dummy ano 2005	-	-	-	-
Dummy ano 2006	-	-	-	-
Dummy ano 2007	-	-	-	-
R-quadrado	0.65	0.66	0.65	0.66
Nº de observações	3116	3116	3116	3116

A regressão segue a metodologia de dados de painel com efeitos fixos.

O erro padrão está representado em parênteses.

\* = significativo ao nível 0.10; \*\* = significativo ao nível 0.05; \*\*\* = significativo ao nível 0.01

Tabela 5 (demais regressões): Transferências federais, controle partidário e ciclo político-orçamentário, 1991-2008

Variável dependente = Logaritmo neperiano (ln) das transferências federais donativas per capita.

Variável	Regressão 5	Regressão 6	Regressão 7	Regressão 8
Constante	-2.469*** (0.025)	-2.28*** (0.023)	-2.01*** (0.03)	-0.54*** (0.03)
Dummy presidente, senador e governador	0.069*** (0.005)	0.079*** (0.005)	0.07*** (0.005)	0.017*** (0.004)
Dummy presidente e senador	0.059*** (0.004)	0.068*** (0.004)	0.06*** (0.004)	0.022*** (0.004)
Dummy presidente e governador	0.063*** (0.007)	0.073*** (0.007)	0.07*** (0.007)	0.021*** (0.006)
Dummy presidente	0.027*** (0.005)	0.032*** (0.005)	0.03*** (0.005)	0.012** (0.005)
Porcentagem de Afro-Americanos	3.296*** (0.066)	3.046*** (0.067)	2.85*** (0.06)	0.3*** (0.072)
Porcentagem de seguridade social	12.73*** (0.189)	12*** (0.189)	11.4*** (0.2)	2.9*** (0.21)
Número de fazendas per capita	10.420*** (0.319)	11*** (0.318)	10.7*** (0.32)	8.5*** (0.29)
Porcentagem de desempregados	-	-5*** (0.22)	-3.4*** (0.23)	0.94*** (0.24)
Pessoas na pobreza	-	5E-07** (2E-07)	-1E-06*** (3.6E-07)	6.6E-07** (3.3E-07)
Renda	-	8E-12*** (6E-13)	1E-11*** (1.1E-12)	-1.7E-12* (1E-12)
Dummy de proximidade para presidente	-	-	-0.02*** (0.004)	0.013*** (0.004)
Dummy de proximidade para senador	-	-	-0.02*** (0.004)	-0.003 (0.004)
Dummy de proximidade para governador	-	-	0.001 (0.004)	-0.004 (0.004)
População	-	-	7E-07*** (1.6E-07)	-1.1E-06*** (1E-07)
População ao quadrado	-	-	-2E-13***	1.5E-13***

			(2.3E-14)	(2E-14)
Porcentagem de estudantes nas escolas públicas	-	-	-10.98*** (0.08)	0.32*** (0.07)
Valor das novas casa adquiridas	-	-	-3E-08 (2.1E-08)	-1E-07*** (1.9E-08)
Dummy ano 1991	-	-	-	-0.74*** (0.01)
Dummy ano 1992	-	-	-	-0.57*** (0.01)
Dummy ano 1993	-	-	-	-0.46*** (0.009)
Dummy ano 1994	-	-	-	-0.44*** (0.009)
Dummy ano 1995	-	-	-	-0.44*** (0.009)
Dummy ano 1996	-	-	-	-0.49*** (0.009)
Dummy ano 1997	-	-	-	-0.44*** (0.009)
Dummy ano 1998	-	-	-	-0.41*** (0.009)
Dummy ano 1999	-	-	-	-0.29*** (0.009)
Dummy ano 2000	-	-	-	-0.21*** (0.009)
Dummy ano 2001	-	-	-	-0.15*** (0.009)
Dummy ano 2002	-	-	-	-0.08*** (0.008)
Dummy ano 2003	-	-	-	-0.04*** (0.008)
Dummy ano 2004	-	-	-	-0.04*** (0.008)
Dummy ano 2005	-	-	-	-0.01 (0.008)
Dummy ano 2006	-	-	-	-0.04*** (0.008)
Dummy ano 2007	-	-	-	-0.10*** (0.008)
R-quadrado	0.72	0.729	0.727	0.77
N <sup>o</sup> de observações	3116	3116	3116	3116

A regressão segue a metodologia de dados de painel com efeitos fixos.

O erro padrão está representado em parênteses.

\* = significativo ao nível 0.10; \*\* = significativo ao nível 0.05; \*\*\* = significativo ao nível 0.01

Tabela 6: Transferências federais, controle partidário e ciclo político-orçamentário, 1991-2008.

Variável dependente = Logaritmo neperiano (ln) das transferências federais donativas per capita.

Variável	Regressão 1	Regressão 2	Regressão 3	Regressão 4
Constante	-0.14*** (0.002)	-0.23*** (0.003)	-2.47*** (0.02)	-2.02*** (0.032)
Dummy Ano eleitoral	0.041*** (0.003)	0.03*** (0.003)	0.027*** (0.003)	0.021*** (0.003)
Dummy presidente, senador e governador	-	0.195*** (0.005)	0.06*** (0.005)	0.07*** (0.005)
Dummy presidente e senador	-	0.14*** (0.004)	0.059*** (0.004)	0.06*** (0.004)
Dummy presidente e governador	-	0.14*** (0.007)	0.063*** (0.007)	0.07*** (0.007)
Dummy presidente	-	0.09*** (0.006)	0.02*** (0.005)	0.035*** (0.005)
Porcentagem de Afro- Americanos	-	-	3.3*** (0.06)	2.87*** (0.067)
Porcentagem de seguridade social	-	-	12.6*** (0.18)	11.36*** (0.21)
Número de fazendas per capita	-	-	10.45*** (0.31)	10.80*** (0.32)
Porcentagem de desempregados	-	-	-	-3.4*** (0.24)
Pessoas na pobreza	-	-	-	-1.6E-06*** (3.6E-07)
Renda	-	-	-	1E-11*** (1E-12)
Dummy de proximidade para presidente	-	-	-	-0.02*** (0.004)
Dummy de proximidade para senador	-	-	-	-0.024*** (0.004)
Dummy de proximidade para governador	-	-	-	0.001 (0.004)
População	-	-	-	6.8E-07*** (1.6E-07)
População ao quadrado	-	-	-	-2E-13*** (2.3E-14)
Porcentagem de estudantes nas escolas públicas	-	-	-	-1.08*** (0.08)
Valor das novas adquiridas	-	-	-	-3E-08 (2.11E-08)
R-quadrado	0.65	0.66	0.724	0.728
Nº de observações	3116	3116	3116	3116

A regressão segue a metodologia de dados de painel com efeitos fixos.

O erro padrão está representado em parênteses.

\* = significante ao nível 0.10; \*\* = significante ao nível 0.05; \*\*\* = significante ao nível 0.01

Tabela 7: Efeito “swing voter” para condados democratas durante os dois mandatos presidenciais de Bill Clinton, 1993-2000

Variável dependente = Logaritmo neperiano (ln) das transferências federais donativas per capita.

Variável	Regressão 1	Regressão 2	Regressão 3
Constante	-0.95*** (0.14)	1.12* (0.58)	0.76 (0.69)
Porcentagem de votos democratas para presidente	1.65*** (0.22)	-0.56 (1.46)	3.65** (1.47)
Porcentagem de votos democratas para senador	-0.07 (0.12)	-3.07** (1.31)	-3.08** (1.53)
Porcentagem de votos democratas para governador	0.14 (0.12)	-1.93*** (0.74)	-3.28*** (0.70)
Porcentagem de votos democratas para presidente ao quadrado	-	2.01 (1.25)	-3.35*** (1.25)
Porcentagem de votos democratas para senador ao quadrado	-	2.36** (1.01)	2.78** (1.14)
Porcentagem de votos democratas para governador ao quadrado	-	1.85*** (0.64)	2.846*** (0.6)
Porcentagem de Afro-Americanos	-	-	1.45* (0.79)
Porcentagem de seguridade social	-	-	4.05* (2.15)
Número de fazendas per capita	-	-	11 (9.54) 1.07E-05***
Renda per capita	-	-	(3.9E-06)
Porcentagem de desempregados	-	-	-1.58* (0.91)
Porcentagem de pessoas na pobreza	-	-	-5.14*** (0.37)
Dummy de proximidade para presidente	-	-	0.008 (0.03)
Dummy de proximidade para senado	-	-	0.052 (0.03)
Dummy de proximidade para governador	-	-	0.065** (0.026)
População	-	-	-2E-06** (9E-07)
População ao quadrado	-	-	1E-13 (1.9E-13)

Porcentagem de estudantes matriculados nas escolas públicas	-		-0.38 (0.54)
R-quadrado	0.85	0.86	0.88
Nº de observações	615	615	615

A regressão segue a metodologia de dados de painel com efeitos fixos.

O erro padrão está representado em parênteses.

\* = significante ao nível 0.10; \*\* = significante ao nível 0.05; \*\*\* = significante ao nível 0.01

Tabela 8: Efeito “swing voter” para condados republicanos durante os dois mandatos presidenciais de George W. Bush, 2001-2008

Variável dependente = Logaritmo neperiano (ln) das transferências federais donativas per capita.

Variável	Regressão 1	Regressão 2	Regressão 3
Constante	-0.05 (0.12)	-0.26 (0.57)	-1.40* (0.75)
Porcentagem de votos democratas para presidente	0.25(0.16)	2.84* (1.49)	3.17* (1.72)
Porcentagem de votos democratas para senador	0.04 (0.08)	-1.15 (0.88)	0.20 (1.36)
Porcentagem de votos democratas para governador	-0.21***(0.059)	-1.16** (0.49)	-1.27** (0.51)
Porcentagem de votos democratas para presidente ao quadrado	-	-1.85* (1.08)	-2.2* (1.23)
Porcentagem de votos democratas para senador ao quadrado	-	0.85 (0.65)	-0.13 (0.98)
Porcentagem de votos democratas governador ao quad.	-	0.82* (0.43)	0.95** (0.44)
Porcentagem de Afro-Americanos	-	-	0.28 (1.1)
Porcentagem de seguridade social	-	-	-0.28 (0.88)
Número de fazendas per capita	-	-	2.23** (0.97) 6.7E-06***
Renda per capita	-	-	(2.4E-06)
Porcentagem de desempregados	-	-	4.79*** (1.27)
Porcentagem de pessoas na pobreza	-	-	0.32 (0.36)
Dummy de proximidade para presidente	-	-	0.04 (0.041)
Dummy de proximidade para senado	-	-	0.019 (0.03)
Dummy de proximidade para governador	-	-	0.003(0.021) 2.4E-06* (1.2E-06)
População	-	-	-3.9E-13* (2.1E-13)
População ao quadrado	-	-	
Porcentagem de estudantes	-	-	0.21 (0.18)

matriculados nas escolas públicas			
R-quadrado	0.80	0.80	0.80
N <sup>o</sup> de observações	1313	1313	1313

---

A regressão segue a metodologia de dados de painel com efeitos fixos.

O erro padrão está representado em parênteses.

\* = significativo ao nível 0.10; \*\* = significativo ao nível 0.05; \*\*\* = significativo ao nível 0.01